

30/08/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Ortopedia da USP terá robô para ajudar a produzir órteses](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Brasil vive epidemia de fuga de cérebros para o exterior](#)

[Especial Enem começa na segunda](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Invenções de universidades brasileiras não chegam ao mercado](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Unesp lança programa para captar doações](#)

[MEC incentiva verba privada](#)

[Quatro motivos para não fazer doações a instituições públicas](#)

[Ministros recorrem à Guedes em busca de mais recursos](#)

O GLOBO - RJ

[Onde melhorar a educação](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Vigilantes da Ufba encerram greve após pagamento](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Diante da crise, UFMG corta linha de ônibus](#)

[Universidade pública é para todos](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Nova escola](#)

RORAIMA EM TEMPO - RR

[Projeto de Roraima recebe financiamento para construção de escolas na África](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Adequando a Missão das Universidades Federais à Realidade – Uma Aproximação](#)

[Baseada em Dados](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Ortopedia da USP terá robô para ajudar a produzir órteses](#)

FEIRAS DO BRASIL

[ABM Week 2019 recebe número recorde de trabalhos](#)

AGÊNCIA ESTADO

[As incertezas jurídicas por trás do Future-se](#)

[Em ofício a Guedes, ministro da Educação escreve 2 vezes paralisação com z](#)

[Depois de Moro, ministros alertam que Orçamento de 2020 é insuficiente](#)

METRO1 - BA

[Ministro da Educação escreve paralisação com z em ofício a Guedes](#)

PORTAL DO HOLANDA

[Em ofício, ministro da Educação escreve duas vezes paralisação com z](#)

Agências de notícias e sites

ANDIFES

[UFRN firma nova parceria com instituição europeia](#)

BR POLÍTICO

[A Opinião do Estadão - O governo e o futuro da ciência](#)

CORREIO DA PARAÍBA - PB

CLIPPING



[Dados para aprimorar Censo da Educação Superior serão coletados até o dia 30](#)

DOURADOS AGORA

[Instituições debatem os desafios da ciência no Brasil](#)

FUNDACRED

[Inep divulga suas publicações científicas em reunião da Abave](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Internacionalização das universidades aumenta a qualidade da pesquisa, defendem reitores](#)

MS NOTÍCIAS

[Instituições debatem os desafios da ciência no Brasil](#)

CORREIO WEB

[Consulta pública sobre Future-se termina nesta quinta \(29\)](#)

PORTAL EXAME

[Falta de inovação pode ser catastrófica para o Brasil, diz especialista](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Crise na educação - Greve de segurança deixa alunos sem aulas na UFBA](#)

Imprensa Estadual

ESTADO DE MINAS - MG

[O colapso na ciência](#)

O DIA - PI

[Universidade Federal do Piauí cria grupo de trabalho para discutir adesão ao Future-se](#)

ZERO HORA - RS

[MPF denuncia 32 por fraude em bolsas da UFRGS](#)

Agências de notícias e sites

GAUCHA - RS

[União entre Estado, empresas e academia avança inovação no Nordeste](#)

MIX VALE

[União entre Estado, empresas e academia avança inovação no Nordeste](#)

PORTAL DO HOLANDA

[União entre Estado, empresas e academia avança inovação no Nordeste](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Novo programa da Unesp aceita doação até com cartão de crédito](#)

G1

[Gladson convoca professores e diz que vai pagar rescisão de mais de 2 mil exonerados em gestão passada](#)

[Prazo para consulta pública sobre o Future-se termina nesta quinta-feira](#)

YAHOO! NOTÍCIAS

[União entre Estado, empresas e academia avança inovação no Nordeste](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

Ortopedia da USP terá robô para ajudar a produzir órteses

Coletes para problemas de coluna e assentos para cadeiras de rodas serão primeiras peças feitas pela máquina

São Paulo

Os recursos foram obtidos por meio da **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que financia a pós-graduação no país), que apoiou o projeto. Além do IOT, fazem parte dele também o Departamento de Fisioterapia,

Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina, a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal do ABC. A princípio, o aparato tecnológico será utilizado principalmente dentro de protocolos de pesquisa e na formação de profissionais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/08/ortopedia-da-usp-tera-robo-para-ajudar-a-produzir-orteses.shtml>

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Brasil vive epidemia de fuga de cérebros para o exterior

RODRIGO LINS

Mestre em comunicação, especialista em linguagem audiovisual, professor universitário, jornalista e escritor, reside nos Estados Unidos. É CEO da agência de Comunicação, Marketing e Imprensa multinacional Onevox Creative Solutions

Aumentou o número de profissionais brasileiros que estão deixando o Brasil. Uma emigração qualificada de graduados, especialistas, mestres e doutores brasileiros que enxergam fora do país um futuro melhor para si e para suas famílias. Em três anos, o número de brasileiros aprovados para morar nos Estados Unidos, por exemplo, deu um salto. Em 2018, foram emitidos 4.300 vistos de imigração para cidadãos do Brasil — um aumento de 74% em relação a 2015, quando houve 2.478 vistos concedidos, segundo o Departamento de Estado americano. Essa onda de emigrantes conta, principalmente, com profissionais qualificados que procuram oportunidades em outro país.

Ancorados na lógica de continuar a vida e carreira profissional na América do Norte, esse é o novo perfil de brasileiros imigrando aos Estados Unidos. Essa grande virada tem dado uma diferente roupagem ao imigrante brasileiro que, há pouco mais de 10 anos, vinha aos Estados Unidos para atuar em serviços mais operacionais e braçais, mas que hoje apostam em suas capacidades intelectuais para consolidar a nova vida no novo país.

Essa emigração de brasileiros qualificados é considerada uma fuga de capital humano e que pode ser verificada em números. Em 2011, a Receita Federal brasileira registrou a saída definitiva de 8.170 pessoas. Em 2017, pelo menos 21.701 saídas definitivas foram registradas — um aumento de 165%. Em 2018, foram 22.538. Muito além de viver em outro país, na mala, os emigrantes levam projetos de empreendedorismo e trabalho, além de carreira profissional e experiências consolidadas no Brasil.

A descoberta mais recente das possibilidades de vistos que premiam com documento de residência permanente profissionais estrangeiros altamente qualificados — conhecido como visto Einstein — contribuiu para essa fuga em massa de brasileiros intelectuais para os EUA. Os novos imigrantes brasileiros estão em busca de uma espécie de novo sonho americano: empreender e alçar voos maiores e sem fronteiras em sua carreira profissional.

Engenheiros, profissionais da saúde, professores, escritores, atletas, cientistas, músicos, administradores, entre outros, formam uma verdadeira onda de profissionais brasileiros que estão sendo absorvidos silenciosamente no mercado de trabalho americano pela

porta da frente, muito longe da polêmica imigração ilegal pela fronteira dos EUA com o México.

O que vemos nos Estados Unidos é uma parcela significativa de brasileiros que estão fazendo a diferença. O Brasil foi o segundo país que mais criou empregos nos EUA, atrás apenas do México. Levantamento desenvolvido pela Apex-Brasil, divulgado este ano, mostra que empresas brasileiras empregaram 74.200 funcionários nos Estados Unidos

Um outro estudo elaborado pelos pesquisadores Álvaro de Castro e Lima e Alanni Barbosa, divulgado em 2017, mostrou que os domicílios chefiados por imigrantes brasileiros tiveram uma renda domiciliar média de US\$ 55.463 de dólares. Esse rendimento anual foi superior ao dos domicílios chefiados pelos outros imigrantes (US\$ 49.484) e superior, ainda, ao dos chefiados por americanos nativos (US\$ 54.455).

A pesquisa com base nos dados do governo americano e do Itamaraty revelou que a comunidade brasileira nos Estados Unidos está mais integrada do que a média dos outros imigrantes no país, é mais qualificada e ganha melhor até do que os próprios americanos. De acordo com o levantamento, os brasileiros nos Estados Unidos têm maior nível educacional que a média de todos os imigrantes, sendo que 46% têm ensino médio completo e superior incompleto e 30% são graduados no ensino superior, contra 35% e 23% dos demais.

Os dados nos revelam a face do novo sonho americano acreditado e almejado por tantos brasileiros. Um cenário promissor para os novos profissionais brasileiros, mas que acende um alerta ao governo do Brasil pela perda acentuada de cérebros altamente qualificados que certamente farão falta ao país num médio prazo.

É importante lembrar que esses jovens profissionais brasileiros que internacionalizam suas carreiras raramente voltam a residir no Brasil. Um momento que exige reflexão e ações por parte dos governantes para que políticas de retenção dessa força jovem passem a ser formuladas e implementadas. Medidas que possam convencer o profissional jovem brasileiro que o país é mais atrativo que outras nações mundo afora. Enquanto isso, a epidemia de fuga de cérebros segue intensa.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Especial Enem começa na segunda

Conteúdo exclusivo sobre o exame terá matérias, bancos de questões inéditas, lives, oficinas, correção ao vivo e muito mais. Primeira edição abordará a prova de matemática

Mais uma edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) está chegando aí. As provas do maior exame do país serão aplicadas em 3 e 10 de novembro. Nessas datas, 5,1 milhões de secundaristas de todo o Brasil comparecerão aos locais de prova em busca da vaga no ensino superior. E o Correio prepara novo material exclusivo para o candidato que está às voltas com os estudos em redação, matemática, linguagens, ciências da natureza e ciências humanas. O Centro Educacional Sigma é parceiro do projeto e colabora com seu quadro de professores em materiais como lives e artigos.

A partir de segunda-feira (2), começa a circular a edição semanal do Especial Enem, caderno impresso que contará com matérias em que especialistas analisam as provas,

dão dicas sobre a preparação ideal, o planejamento correto e o conteúdo que cairá na prova. Os estudantes também têm voz, dividindo com o leitor a rotina e expectativas. A cada edição, uma prova ganha destaque no suplemento – nesta segunda-feira, a estreia será com matemática e suas tecnologias. Para este momento de revisão e análise de desempenho, o caderno impresso apresentará também questões inéditas.

“O projeto tem o potencial de ajudar muita gente, não é todo mundo que tem acesso fácil aos conteúdos do Enem”, avalia o candidato Alan Ximenes, 19 anos. “Eu era bolsista em uma escola particular no Gama. A rede pública não tem bom investimento e preparo. Muitas vezes as pessoas nem sabem do que se trata a prova e como estudar.”

Júlia Teixeira, 19, saiu de Igaporã (BA) no início deste ano para fazer cursinho em Brasília. A jovem, que estudava em escola pública, acredita que materiais de auxílio como estes são importantes para todos. “Um projeto como o Especial Enem pode ajudar muito. Não só no conteúdo como também em assuntos que vão além do que vemos no cursinho e, que talvez, não tivemos acesso durante a época de escola”, conta Júlia.

“É um material de auxílio valioso para os estudantes”, avalia Natália Rocha, diretora pedagógica do Sigma. Para ela, o exame segue como protagonista na rotina dos secundaristas de Brasília e do Brasil. “O interesse dos alunos só tem crescido. Hoje, o Enem e o PAS (Programa de Avaliação Seriada) da Universidade de Brasília (UnB) são os dois principais caminhos que os alunos escolhem para o próximo estágio da vida deles, em uma boa universidade”, diz ela. “O exame sempre ganha destaque nas páginas do jornal. A intenção é auxiliar o leitor nos estudos e informá-lo sobre os pormenores da aplicação do exame”, afirma Ana Dubeux, diretora de redação do Correio.

Isadora Nunes:

Isadora Nunes: "Comecei a ter foco em mim mesma e estou confiante este ano"

Carlos Eduardo:

Carlos Eduardo: "Um projeto que dá dicas sobre o Enem é muito importante"

Alan Ximenes:

Alan Ximenes: "O projeto tem o potencial de ajudar muita gente"

Júlia Teixeira:

Júlia Teixeira: "O Especial Enem pode ajudar. Não só no conteúdo, como também em assuntos que vão além do que vemos no cursinho"

Lives e videoaulas

Todo o conteúdo do caderno impresso estará disponível também on-line, em página especial e também junto ao conteúdo do Eu, Estudante, especializada em educação. Lá, o material ganha conteúdo audiovisual extra, e o banco de questões tem interatividade entre perguntas e respostas. “Desse modo, os estudantes podem conferir desempenho pessoal deles e saber que pontos precisam ser aprimorados”, afirma Cilene Vieira, superintendente de Marketing dos Diários Associados.

Além disso, a página do Eu, Estudante no Facebook (www.facebook.com/euestudante)

traz, sempre às segundas-feiras, um professor convidado. Para discorrer sobre as provas e resolver, ao vivo, as questões do suplemento.

Outras quatro lives especiais estão previstas às terças-feiras, quando professores do Sigma resolvem questões dos anos anteriores e dizem o que é tendência para 2019. As quartas-feiras contam com a professora e editora de Opinião do jornal, Dad Squarisi, que prepara videoaulas com dicas fundamentais para sair o melhor desempenho em redação.

Carlos Eduardo Pikhardt, 20, também saiu da cidade natal, Itapuranga (GO), para fazer cursinho e disputar vaga em medicina em Brasília. “Tem gente que não tem a oportunidade de estar em um cursinho, de ter o mesmo preparo que temos aqui. Muitas pessoas vão para a prova com dúvidas, e acho que um projeto que dá dicas sobre o Enem é muito importante”, reflete Carlos.

Oficinas e correção de provas

Em duas ocasiões, o ensino de redação sai do on-line e ganha vida em sala de aula. Em 30 de setembro e 21 de outubro, Dad comanda oficinas de redação e dicas de português nos auditórios do Sigma. O evento é gratuito e aberto ao público, com inscrições abertas em breve.

Nos dias de aplicação do Enem, os docentes do Sigma comparecem aos estúdios do Correio para abordar as principais questões do exame. Mais uma oportunidade de conferir, ao vivo, seu desempenho após a maratona de prova. “Para pessoas que não estão se preparando e estão perdidas para a prova, o projeto pode dar a oportunidade de orientação e maior aprofundamento no conteúdo”, comenta Isadora Nunes, 19, estudante que almeja fazer medicina. “Eu decidi o curso que queria bem no fim do ensino médio. Não fui bem no Enem da época e via muitas pessoas passando. Mas, hoje, comecei a ter foco em mim e estou confiante este ano”, relata a estudante.

*Estagiária sob supervisão de José Carlos Vieira

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Invenções de universidades brasileiras não chegam ao mercado

Instituições estão entre os maiores inovadores do país em número de patentes

São Paulo

Três em cada quatro universidades brasileiras registraram pelo menos um pedido de patente de 2007 a 2016, o que coloca essas instituições entre os maiores inventores do país.

Apesar disso, essas criações não chegam ao mercado.

Para especialistas, a medida recente de priorizar a análise de invenções do meio acadêmico pode, além de estimular colaborações com empresas privadas, levando à comercialização das invenções, acelerar a inovação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/08/invencoes-de-universidades-brasileiras-nao-chegam-ao-mercado.shtml>

topo ↗

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Unesp lança programa para captar doações

Educação. Universidade Estadual Paulista terá um departamento para fazer busca ativa de colaboradores tanto entre ex-alunos – há 20 mil cadastrados em uma plataforma – quanto fora; assim que um valor for depositado haverá direcionamento para uma ação

Um programa inédito da Universidade Estadual Paulista (Unesp) vai incentivar doações até por cartão de crédito. Por meio de uma plataforma na internet que entrou no ar ontem, o interessado já assina digitalmente um contrato e faz o pagamento da maneira que escolher. A Unesp passou recentemente por sua pior crise financeira, com décimo terceiro atrasado e todo orçamento comprometido com salários.

A participação da iniciativa privada é tema polêmico nas universidades públicas e há grupos contrários, tanto por temer uma “privatização” da instituição, como por acreditar que os recursos públicos podem ser diminuídos com ações desse tipo. Mas o programa teve pouca resistência e foi aprovado no órgão máximo da Unesp, o Conselho Universitário.

Anteriormente, quem quisesse fazer doação para a Unesp não sabia sequer quem procurar. O mesmo acontece em outras públicas. “Era muita burocracia. Uma pessoa quis doar para Educação Física e esse pedido chegou até o Conselho Universitário. Isso tem de acabar”, conta o reitor da Unesp, Sandro Valentini. Com o novo programa, conforme adiantado no blog da repórter no portal estadao.com.br, o doador pode dar qualquer valor à instituição e decidir se vai ou não destinar o recurso a uma unidade específica.

A universidade já tem uma plataforma que reúne seus ex-alunos, com 20 mil cadastrados. A Unesp vai ter um departamento para fazer uma busca ativa de possíveis doadores tanto nesse grupo como fora dele. A estimativa é que a universidade, fundada em 1976, tenha 160 mil egressos, entre eles a apresentadora Ana Maria Braga e Antonio Carlos Tadiotti, dono da empresa Predilecta.

Exemplo. O empresário Alexandre Leite Lopes decidiu fazer sua doação quando levou a filha, que havia sido aprovada no vestibular da Unesp deste ano, para conhecer o câmpus. “Vi as faixas dizendo que estavam com o décimo terceiro salário atrasado”, conta. Sem saber como proceder, ele mandou uma carta para o diretor do curso, falando da intenção de doar.

Ontem ele participou do evento em São Paulo que lançou o programa Parceiro Unesp e foi o primeiro doador a usar a plataforma. “Poderia pagar a universidade da minha filha e ela está em uma instituição pública. Por que não ajudar como fazem nos Estados Unidos?” Lopes não quis divulgar o valor da doação nem o curso ou nome da filha para evitar qualquer relação da menina com os recursos. “É algo para a universidade.” Ele é formado em Engenharia e estudou em faculdade privada.

Segundo o reitor, já é possível fazer a doação em depósito bancário. Boletos e cartões serão permitidos nos próximos meses. Assim que o dinheiro cair na conta criada para o Parceiro Unesp será imediatamente transferido para onde foi dirigido e o gestor pode usá-lo para qualquer atividade, como comprar computadores ou pintar uma sala de aula.

“O nosso modelo de financiamento depende da atividade econômica”, diz o reitor. Unesp, Universidade de São Paulo (USP) e Estadual de Campinas (Unicamp) se mantêm com 9,57% do que é arrecadado pelo ICMS do Estado. A diminuição desse valor nos últimos anos e o inchaço na folha de pagamento levaram recentemente a graves problemas financeiros nas instituições, que são responsáveis juntas por um terço da produção científica do País.

Além das doações simples, o programa vai permitir parcerias com empresas, com contrapartida da universidade. Será possível desde a colocação de um placa numa sala reformada pela doadora até a utilização de espaços das instituições para eventos. A empresa que pretende doar para a Unesp também pode solicitar, por exemplo, o uso de um laboratório para pesquisas específicas. Nesse caso, a universidade terá de abrir uma licitação para checar se há outros interessados.

Endowment. A Unesp ainda aprovou ontem um projeto de endowment, um fundo perpétuo para a instituição em que apenas os rendimentos auferidos revertem para projetos. Outras tentativas de fundos semelhantes – comuns em universidades estrangeiras – não tiveram êxito no País. Um dos poucos a dar certo é o gerido por ex-alunos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP).

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC incentiva verbaprivada

A proposta de investimento privado e uso de um fundo de patrimônio também faz parte do Future-se, programa lançado pelo Ministério da Educação (MEC) para as universidades federais. Ainda sem detalhes de como funcionaria, o ministério disse esta semana que pode instituir o Future-se por medida provisória. A Universidade Federal do Rio (UFRJ) já anunciou que não vai aderir ao programa e divulgou nota dizendo que “não há clareza sobre a composição do patrimônio que serviria de aporte inicial” do fundo e sobre como as universidades seriam mantidas durante esse tempo de transição. Segundo o reitor da Unesp, o programa da universidade não tem relação com o do MEC e começou a ser pensado há dois anos.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Quatro motivos para não fazer doações a instituições públicas

Neste momento de minguados recursos públicos para manter o funcionamento de serviços essenciais para a sociedade brasileira, surge a pergunta: por que os doadores privados não doam para organizações públicas? Existem várias razões. A primeira, e talvez a mais importante, é a dificuldade do Estado brasileiro, por meio de Executivo e Legislativo, em entender o que representa a filantropia ou o investimento social privado para o desenvolvimento sustentável.

Em uma sociedade democrática e capitalista é sempre esperado que ocorra a liberdade para exercício da livre iniciativa econômica, mas também a livre iniciativa para apoiar as necessidades de áreas como educação, saúde, cultura, meio ambiente. Para tanto, os países que entenderam essa necessidade produziram um marco legal que estimula a doação e o aparecimento de uma cultura de doação. O recurso não precisa ser canalizado a uma estrutura do Estado, mas sim servir à res publica desde a ação de cidadãos,

como iniciativas de organizações da sociedade civil que atuam em setores específicos. Essas ações, muitas vezes, vêm em apoio à definição e implementação de políticas públicas essenciais, como é a criação de creches e melhoria da educação básica.

No caso brasileiro, encontramos muitas vezes um não entendimento por parte dos governantes, explícito ou não, sobre o papel das ONGs e dos projetos, financiados com recursos privados. Vide o atual entendimento sobre as organizações não governamentais na questão ambiental. Em países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Austrália essa participação cidadã é bem-vinda e estimulada por marco legal.

Uma segunda questão está na interpretação limitada da Constituição de 1988. Todos os capítulos sociais se iniciam com a frase: direito do cidadão, dever do Estado. Normalmente se faz uma leitura ideológica de que o Estado deve ser o único provedor de saúde, educação, cultura. Neste sentido, a cidadania não floresce e os serviços passam a ser uma exigência a ser cumprida pelo Estado. Essa ação reivindicatória leva muitas vezes a uma demora nas ações necessárias, com o deterioro da situação original.

Uma terceira razão está na existência do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, conhecido como ITCMD. Este é um imposto absolutamente ilógico, que mistura transmissão de bens por causa mortis, onde o direito à propriedade de bens se dá no interior de relações interpessoais, com doação para entidades de benefício público, como as Santas Casas. Por sua vez, pune aquelas entidades que, mercê de um esforço de captação de recursos do setor privado, têm de pagar ao Estado tributo em que o Estado não é incentivador e, muito menos, produtor da riqueza que gerou a doação. E quando de maneira limitada define valores de isenção baixos, demonstra que a intenção é realmente cobrar o tributo.

Assim, chegamos a uma quarta razão, que não deixa de ser resultado das anteriores: o modelo institucional e de incentivos que adotamos simplesmente não favorece o desenvolvimento da filantropia. Ele incentiva que as pessoas esperem que o Estado resolva seus problemas. Um exemplo: no Brasil, o abatimento para pessoas físicas é limitado a 6% do Imposto de Renda a pagar. Nos EUA, é possível abater de 30% a 50%.

Vivemos ainda com a tutela do Estado sobre a doação que se pode deduzir do Imposto de Renda por meio de incentivos fiscais. O governo entende o recurso dos incentivos como forma de suprir o orçamento de diferentes ministérios e programas. E essa posição explica, por exemplo, os recentes vetos da Presidência à nova lei dos “fundos de endowment” ou fundo patrimonial para que se tivesse incentivo fiscal para sua criação nas organizações sociais.

A justificativa para um fundo patrimonial é bem simples: uma poupança de longuíssimo prazo, destinada a crescer, ano a ano, da qual a instituição retira parte dos rendimentos para seu custeio. E para que isso aconteça há a necessidade de ter os incentivos fiscais que estimulem os doadores. Somente em 2018 a Michigan State University (MSU) recebeu doações de US \$ 2,9 bilhões, de acordo com The Chronicle of Higher Education. Naquele mesmo ano, a Penn State University recebeu US\$ 4,2 bilhões e a Ohio State, US\$ 5,2 bilhões.

Em resumo, necessitamos urgentemente de uma maior atenção dos poderes públicos

federais e também dos governos estaduais, para que percebam o papel do recurso privado em apoiar as causas públicas. Não se trata de uma questão ideológica. Nossa legislação ainda é muito tímida em reconhecer importância e transcendência das doações.

*

PROFESSOR TITULAR DA FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) E FUNDADOR DO INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Ministros recorrem à Guedes em busca de mais recursos

Compra de livros escolares, distribuição de remédios, entre outros serviços, estariam ameaçados por cortes

BRASÍLIA

Às vésperas do envio da proposta de Orçamento de 2020 ao Congresso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, recebeu alertas de ministérios de que os recursos previstos para o ano que vem são insuficientes e podem comprometer compra de livros escolares, pagamentos de bolsas de estudos e entrega gratuita de medicamentos, entre outros serviços.

Os ministros relatam cenário dramático, caso sejam confirmados os níveis previstos para os chamados gastos discricionários (aqueles que são tradicionalmente contingenciados e que incluem custeio da máquina e investimentos). A preocupação está registrada em documentos obtidos pelo Estado e são respostas ao limite de gastos anunciado pela equipe econômica para cada órgão. O governo tem até hoje para enviar o Orçamento de 2020 ao Congresso.

A carta mais longa é assinada pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, que pede aumento de R\$ 9,8 bilhões em verbas previstas para despesas discricionárias (aquelas que não são obrigatórias, como pagamento de servidores e aposentados), para atingir a soma de R\$ 26 bilhões.

O ministro mostra preocupação com temas caros ao governo Bolsonaro, como ampliação do número de escolas cívico-militares. Ainda afirma que há risco de “recepção desfavorável na sociedade em geral e na imprensa” se forem suspensas bolsas de estudo no País e exterior. Segundo Weintraub, a peça orçamentária de 2020 “impossibilita a destinação de menos da metade do orçamento que as universidades e institutos possuem atualmente”. “Com isso, haverá a paralização (sic) de cursos, campi e possivelmente instituições inteiras.”

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM), pede aumento de despesas discricionárias “não classificadas como ações e serviços públicos de saúde”, de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 1,6 bilhão. Segundo ele, a redução prevista ameaça a “continuidade” do Programa Farmácia Popular, que entrega medicamentos de graça ou com até 90% de desconto, e de ações para reestruturação dos Hospitais Universitários Federais. Medidas de melhorias de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios com menos de 50 mil habitantes também ficariam comprometidas, diz Mandetta.

As operações da Eletronuclear devem ser prejudicadas com o Orçamento desenhado para 2020, segundo ofício do Ministério de Minas e Energia (MME). A perda seria resultado da dificuldade que a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) teria para operar. A empresa é a autorizada no Brasil a extrair urânio e produzir combustível nuclear para as Usinas de Angra 1 e 2 e 3. “A produção do referido combustível e sua comercialização gera para a Eletronuclear uma receita anual superior a R\$ 650 milhões, sem isso, o valor cai para módicos R\$ 40 milhões, em outras atividades comerciais e financeiras”, diz o ofício. Nesse cenário, as usinas poderiam até paralisar, o que exigiria ativação de usinas termoelétricas. A pasta pede mais R\$ 600,36 milhões para despesas não obrigatórias, o que elevaria esta verba para R\$ 1,14 bilhão.

O Ministério das Relações Exteriores pediu aumento de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 1,7 bilhão na previsão de verba discricionária. Para o órgão, os cortes devem levar a atrasos em pagamentos de contratos firmados em moeda exterior que “podem ensejar, além dos referidos danos à credibilidade e à imagem do País, ações judiciais”.

Há ainda risco de interrupção de programa recém-lançado por Bolsonaro, como a ideia de reunir serviços do governo federal em um único portal, o “gov.br”, anunciado na última semana.

O IBGE diz que não terá como fazer o Censo 2020 com o corte previsto. A presidente do órgão, Susana Cordeiro Guerra, diz que precisa de R\$ 2,3 bilhões, mas terá apenas R\$ 2 bilhões

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Onde melhorar a educação

É um exercício complicado estabelecer uma hierarquia dos principais problemas da nossa educação. Fizemos essa tentativa no livro *Desafios da educação no Brasil* lançado pelo Centro de História e Cultura Judaica, na ABL.

Analisamos os diversos segmentos do que se passa em nosso país, a partir do pré-escolar, carente das necessárias e prometidas creches. Faltam recursos ou vergonha na cara?

O ensino fundamental, responsabilidade municipal, até que apresenta resultados apreciáveis, pecando apenas no item relativo à qualidade, que se liga ao maior dos nossos problemas: a formação dos professores, sacrificados por salários verdadeiramente indecorosos. O que se vê, nos cursos de magistério, é uma fuga acentuada de candidatos.

Chegamos ao ensino médio, que registra um número gigantesco compondo a geração nem-nem (nem estudam, nem trabalham). Temos deficiências gritantes, notadamente em Português e Matemática, como se pode verificar pelos exames internacionais do Pisa. O Brasil ocupa uma das últimas posições do ranking.

Há uma expectativa, com a reforma do ensino médio, de que se tenha uma acentuada revisão, o que o sistema vem pedindo há muito tempo.

Sobre o ensino superior, como vimos em recente reunião da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), em Brasília, o crescimento do setor

apresenta níveis satisfatórios, mas é preciso um maior cuidado com os chamados padrões de excelência, nem sempre existentes. Onde o crescimento é exponencial - e isso deve ser assinalado - é no ensino à distância. A expansão se deu de forma notável e hoje temos quase dois milhões de estudantes nessa modalidade.

Um capítulo especial é devido ao ensino técnico. Somos partidários da formação de técnicos em nível intermediário, experiência já vivida em escolas do Rio de Janeiro, com especialização em estruturas navais. Por que não estender a iniciativa a outras áreas?

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - 24H

Vigilantes da Ufba encerram greve após pagamento

ENSINO SUPERIOR Após dois dias de paralisação, os vigilantes da Universidade Federal da Bahia (Ufba) retornaram aos postos de trabalho às 19h de ontem, depois de assembleia realizada pela categoria. Com a decisão, as aulas noturnas dos 11 mil alunos do turno foram retomadas nos campi.

Em nota, a Ufba informou que a MAP, empresa que presta o serviço de vigilância terceirizada, entrou em um acordo com a universidade e vai manter o contrato vigente. O sócio administrador da MAP, Sisnando Lima, confirmou que a Ufba quitou 11% da dívida com a empresa e ainda prometeu pagar outros R\$ 2 milhões em setembro. Por esse motivo, a empresa desistiu, por hora, do processo de suspensão do contrato de prestação de serviço com a Ufba. "Na próxima semana, vamos sentar com a universidade para fazer o planejamento de amortização [da dívida]", disse Lima.

O vice-reitor da universidade, Paulo Miguez, explicou que o recurso foi remanejado dentro do orçamento da instituição. "Há recursos de orçamento organizado para alguns compromissos e reorganizamos isso diante da situação, para poder sinalizar a disposição da universidade de honrar seus compromissos."

Ele afirmou ainda que a Ufba possui outras dívidas, sem discriminar as contas afetadas. "A universidade cresce. Se o orçamento permanece o mesmo, fica difícil para honrar os compromissos. O conjunto sofre pela ausência do recurso, que está bloqueado." Paulo Miguez se refere ao bloqueio de 30% feito pelo governo federal neste ano.

Em nota, o MEC falou que "vem articulando com o Ministério da Economia a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira".

Sobre a reposição das aulas, o vice-reitor da Ufba disse que o assunto não preocupa a universidade. "A situação é tratada de forma muito tranquila, as atividades serão repostas como sempre acontece. Nada que nos amedronte porque sabemos planejar. O tempo de interrupção não é significativo para criar uma dificuldade maior", disse ele. A remarcação das aulas deve ser feita pelas unidades e seus professores.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - GERAIS

Diante da crise, UFMG corta linha de ônibus

A crise orçamentária pela qual passam as instituições federais de ensino deu mais um sinal na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A partir de segunda-feira, uma das quatro linhas internas dos ônibus que servem ao câmpus Pampulha deixará de

circular, por restrições financeiras. A UFMG informou, por meio de nota, que a linha 4 opera como reforço, nos horários de pico.

O câmpus Pampulha conta com três linhas que fazem a ligação entre unidades acadêmicas e administrativas e servem, de forma gratuita, a alunos, professores e servidores técnico-administrativos. A linha 4, em alguns horários, passava ainda pelo Parque Tecnológico (BH-Tec) e o restaurante de uma rede de fast food, na Avenida Carlos Luz.

A Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada em Brasília todo fim de ano, garantiu às federais mineiras pelo menos R\$ 771,7 milhões para 2019 — o orçamento do Ministério da Educação (MEC) foi preservado, acrescido da inflação. Diante de um período de sucessivos cortes, ocorridos desde 2015, seria um alento aos caixas das instituições.

Mas, no início de maio, as universidades em todo o país foram surpreendidas pelo anúncio de um corte de 30% nas chamadas verbas discricionárias, que incluem os recursos de custeio e capital. As verbas de custeio são relativas às despesas correntes e vão do pagamento de contas de consumo ao gasto com pessoal terceirizado. Já os recursos de capital se referem às despesas com obras, equipamentos e investimentos. Na UFMG, o orçamento aprovado para este ano é de R\$ 215 milhões e o bloqueio chegou a R\$ 64,5 milhões.

De acordo com a UFMG, o orçamento atual é equivalente ao de 2010. A diferença é que, na época, a universidade abria pouco mais de 3 mil vagas anualmente para a graduação e tinha 30 mil estudantes ao todo. Hoje, são 50 mil alunos nos câmpus da UFMG — dos quais 33 mil na graduação. Todo ano, 6339 novas vagas são abertas.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO

Universidade pública é para todos

Doutor em educação histórica e professor no Curso Positivo

O gasto médio do governo por aluno no Brasil é menos da metade dos países da OCDE — US\$ 3.800, contra US\$ 8.700, para o primeiro ciclo do ensino fundamental. Ou seja, o fato é que gastamos muito pouco com a educação básica. Com creches, então, nesse ritmo, esqueçam. Esse é o problema. Claro, cristalino. E vem a pergunta: cobrar mensalidades dos alunos e alunas das universidades públicas é a solução?

Deduzindo os 50% de alunos das universidades públicas que são cotistas, mais os que comprovarem não ter renda suficiente para cobrir as despesas, mais ainda os que pagarem só em parte e depois inadimplir, o que vai ser arrecadado com a cobrança de mensalidades na universidade pública vai melhorar, em que nível, o quadro de penúria dos investimentos do governo na educação?

Essa história de cortar e de cobrar para atender o contribuinte preocupado é uma falácia para encobrir um interesse muito mais perverso: o desmonte da universidade como unidade de ensino, extensão e pesquisa, como comunidade de inovação, como centro reconhecido de análise sobre os problemas do país e como referência para os que buscam uma crítica abalizada das boas e más práticas dos governos.

Exatamente por termos uma população média sem formação para a análise científica dos fatos—afinal, foram tantas décadas sem investimentos adequados no ensino superior — que os membros do governo ainda têm respaldo para os comentários que fazem, como

criticar as universidades públicas de fazerem pouca pesquisa ou de não contribuir para o desenvolvimento econômico do país. A falácia da improdutividade das universidades públicas brasileiras é tão facilmente desmentida pelos números do próprio MEC que nem vale a pena fundamentar uma defesa da gratuidade com esse argumento. É óbvio demais.

Mas imaginemos que o governo faça o que promete: teremos alunos cotistas e alunos bolsistas integrais, alunos meio bolsistas, alunos que financiarão suas mensalidades em instituições financeiras e alunos abonados que confundirão seus boletos da universidade com o do apartamento de Miami. OK, será feito um tipo de justiça. Quem tem recursos, pague. Justo? Imagine que você tem seu carro novo roubado e peça ajuda a um policial e ele lhe apresenta uma tabela com os preços que você deve pagar pelos serviços dele. Afinal, você pode, não? Justo?

Segundo o jornal El País, "quatro de cada 10 pessoas que concluíram os estudos universitários nos EUA têm de devolver algum tipo de empréstimo. O total supera US\$ 1,5 trilhão, montante que ultrapassa a riqueza de uma economia avançada como a da Espanha." Um governo ruim é aquele que defende algo cujas consequências ele não se preocupa em calcular. Um governo é ainda pior quando há precedentes e dados estatísticos conhecidos e disponíveis e, mesmo assim, não se preocupa com as consequências de seus atos. A universidade pública deve ser igual para todos os que a frequentam. Gratuita nunca foi. As pessoas pagam imposto e usufruem de direitos. O de estudar é um deles. O de ir a um posto de saúde, outro. O de contar com segurança pública, mais um. Falta, agora, um governo que avance, buscando mais qualidade e ainda maior abrangência. Isso exige conhecimento, competência e seriedade. Talvez aí resida o verdadeiro problema.

[topo](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR - TURISMO

Nova escola

Vem aí a Escola Nacional de Turismo, cujo tema está em debate entre os ministérios do Turismo e da Educação, o governo do Paraná, a prefeitura de Foz do Iguaçu e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), onde ficará a sede da instituição. O projeto está em fase de desenvolvimento. A escola, que deve buscar parcerias na iniciativa privada e no trade turístico, oferecerá ensino presencial e a distância.

[topo](#)

RORAIMA EM TEMPO - RR - LOCAL

Projeto de Roraima recebe financiamento para construção de escolas na África Projeto foi elaborado pelo engenheiro, arquiteto e vice-diretor da ONG Engenheiros Sem Fronteiras,

O engenheiro civil, arquiteto e vice-diretor geral da Organização Não Governamental (ONG) Engenheiros Sem Fronteiras (ESF) - Boa Vista, Rodrigo Avila, teve projeto aprovado para reconstrução de casas, escolas e centro comerciais em Moçambique no Sul da África. O projeto receberá financiamento do governo da China no valor de US\$ 2 milhões.

No primeiro quadrimestre deste ano, Moçambique foi atingido por dois ciclones tropicais que destruíram vários prédios do país e deixou mais de 600 mortos e milhares de pessoas feridas e desabrigadas.

Devido aos estragos, dezenas de entidades e países em conjunto com a Organização das Nações Unidas (ONU) enviaram ajuda humanitária em diversas áreas para auxiliar na

reconstrução do país.

Na época, Rodrigo Avila foi um dos profissionais selecionados pela ESF para ajudar na parte de infraestrutura do país. O engenheiro passou cerca de um mês em Moçambique, onde trabalhou em projetos para a construção de casas, escolas e mercados.

A ONU entrou em contato com a ONG Engenheiros Sem Fronteiras e estes convocaram profissionais de todo Brasil para participar e eu fui como um dos voluntários especialistas na área de estrutura para ajudar nesse trabalho em Moçambique. Então, no mês de junho eu parti para lá", relata.

Ele explica que a maior parte dos prédios do país possuía estrutura deficitária, razões pela quais vários dos edifícios foram destruídos durante a passagem dos ciclones. "Urna das coisas que foi notada é que as normas de construção do país ainda são muito deficitárias e estava há muito tempo sem atualizações afirma.

Conforme o engenheiro, a partir da observação dessa deficiência na construção de prédios no país, foi elaborado um projeto propondo a construção de casas, escolas e centros comerciais com a infraestrutura adequada e que pudessem ser edificadas no menor espaço de tempo possível.

"Então a ONU, com o projeto em mãos, foi atrás de recursos em outros países. Na segunda-feira, para nossa grata surpresa, soubemos que nosso projeto foi aprovado e que a China vai financiar a construção de casas, escolas e espaços para o desenvolvimento comercial, no valor de US\$ 2 milhões", destaca.

Avila diz que ficou muito feliz com a notícia e que pretende aplicar essa experiência também em Roraima. "Fiquei muito lisonjeado com essa oportunidade e ainda mais com o resultado desse trabalho, principalmente para colocar Roraima a nível mundial na questão tecnológica", declara.

OUTROS PROJETOS

A ONG Engenheiros Sem Fronteiras atua em Roraima desde 2018 e conta com 80 voluntários das mais diferentes áreas da engenharia, arquitetura e outras. A ESF trabalha, principalmente, com a organização, ampliação e melhoramento de projetos de engenharia e arquitetura para pessoas e grupos em alto índice de vulnerabilidade social.

No Estado, a ONG tem trabalhado em parceria com a Operação Acolhida na assistência de imigrantes venezuelanos que chegam a Roraima. "Diante da crise humanitária, acabamos tendo uma ação mais efetiva nessa área. Desde o ano passado damos suporte técnico para a Acolhida na parte de projetos, orçamentos e quantitativos. Há ainda os das áreas de engenharia e infraestrutura", enfatiza.

Uma das iniciativas voltadas à assistência de imigrantes, por exemplo, está sendo implantada no Abrigo da Consolata, no bairro São Vicente, onde serão construídas cozinha industrial, banheiro comunitário e lavanderia coletiva, além de um consultório odontológico.

"Todos os projetos estão sendo executados pensando no bem-estar dos refugiados, garantindo espaço para acolhimento, refeição e demais atividades, assim como para os brasileiros necessitados, que também contam com esse apoio", cita o arquiteto.

Além disso, na semana passada, a ESF entregou um projeto de arquitetura e urbanismo para o Centro de Reciclagem de Papel e Plástico Cooperativa Terra Viva, com a intenção de melhorar o serviço prestado pela associação de catadores.

Esse foi um projeto arquitetônico para eles poderem fazer a construção de um galpão de reciclagem, pois eles trabalhavam sem estrutura nenhuma, então nós fomos lá, fizemos o levantamento e elaboramos o projeto de forma gratuita". pontua.

H3 ainda em andamento outros projetos e parcerias sendo trabalhadas pela ONG."Estamos trabalhando no projeto de uma escola sustentável junto com a rede municipal de ensino e a Universidade Federal de Roraima [UFRR], temos trabalhado em um projeto de apoio ao **Capes** e estamos trabalhando na elaboração de uma escola para atender pessoas carentes no bairro Nova Cidade". detalha.

ENGENHEIROS SEM FRONTEIRAS

A ONG Engenheiros Sem Fronteiras surgiu na França nos anos 1980. No ano seguinte, a ideia se espalhou e, nos anos 1990, começou a atuar na Espanha, Itália, Canadá e Reino Unido. No Brasil, a iniciativa chegou em 2010, com a fundação do primeiro núcleo, em Viçosa, em Minas Gerais. Hoje, o país conta com mais de 60 núcleos espalhados por diversas cidades, somando mais de 1,5 mil voluntários.

O projeto foi criado com o intuito de estimular a troca de ideias entre as diversas instituições parceiras e conectar os profissionais da construção civil para contribuir com a criação de uma nova geração de engenheiros e arquitetos, mais preocupada com as causas sociais e mais atuante no cenário mundial: destaca o vice-diretor.

O projeto social é independente, não associado a qualquer partido ou estado e desenvolve projetos baseados em engenharia com finalidade social.

Nosso objetivo principal é a melhoria da qualidade de vida das comunidades em vulnerabilidade social, contribuindo para que os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODSI sejam alcançados** assegura Avila.

VOLUNTARIOS

Os profissionais interessados em fazer parte do projeto social Engenheiros Sem Fronteiras podem entrar em contato com o diretor de RH, Pablo Diogo, pelo telefone (95) 981231226 ou pelo e-mail peessoas.boavista@iesf-brasil.org. Além do vice-diretor geral, Rodrigo Avila, pelo (95) 99112-6832.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Adequando a Missão das Universidades Federais à Realidade – Uma Aproximação Baseada em Dados

Roberto Lobo

O projeto FUTURE-SE apresentado recentemente pelo Ministério da Educação, apesar de vago em muitos pontos essenciais, mas lido com um olhar mais positivo, tem como objetivo desburocratizar, ampliar a autonomia e redefinir objetivos para as universidades federais a ele subordinadas.

No entanto, o que se vem observando há várias décadas no Brasil, é um engessamento do modelo em grande parte estimulado pelo artigo 207 da Constituição de 1988 que

trata da autonomia universitária: “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”.

Portanto, a própria Constituição estipula que as universidades deveriam ser vistas todas sob o mesmo molde e que seus valores e princípios deveriam ser os que regem as melhores universidades do mundo. No entanto, a realidade não é esta e dificilmente haveria orçamento para isso. Mesmo porque os conceitos de pesquisa e extensão são bastante amplos e podem conduzir a injustiças e frustrações.

Ernest Lynton e Sandra Elman, em seu antológico livro “New Priorities for the University”, já abordavam com muito realismo a questão da missão das universidades americanas, em particular das mais recentes.

Traduzo livremente abaixo um trecho deste livro especialmente rico sobre o tema:

“A tendência das novas instituições (e mesmo de antigas sem muito prestígio) para aceitar as normas das universidades de pesquisa foi intensificada pelo fato de que a preponderância de seu corpo docente recém-contratado vinha de doutoramentos também recentes oriundos de um número relativamente pequeno de instituições mais antigas, cujos valores e objetivos se impuseram nesse novo ambiente universitário. O resultado é que quase não existe conexão entre as visões internas e as expectativas externas quanto ao papel e função dessas universidades.

Quase todas as universidades tentaram se enquadrar em um molde muito estreito, que não é adequado às necessidades crescentes de nossa sociedade contemporânea baseada no conhecimento. Um grande número de instituições não consegue realizar todo o seu potencial porque seu sistema interno de valores, prioridades e aspirações enfatiza principalmente modos tradicionais de ensino para os quais a clientela está encolhendo e uma pesquisa básica para a qual a maioria dessas instituições não consegue receber o apoio adequado. Isso resulta em uma verdadeira crise de objetivos.”

Se é verdade lá, muito mais verdade aqui.

Conhecendo o sistema universitário brasileiro em geral e o federal, em particular, não só pela minha vivência como ex-reitor da USP e da UMC, mas como consultor de várias universidades federais, e ciente da enorme diversidade que esse sistema apresenta, penso que seria importante que as universidades federais pudessem ter missões específicas, mais adaptadas às suas realidades ao invés de perseguir objetivos que não cumpre, nem cumprirá no curto e médio prazos, deixando assim de desempenhar um papel que pode ser extremamente relevante para a região onde se encontra e para o país.

Pensando assim, queria dar uma contribuição para ajudar um conjunto de importantes universidades e seus dirigentes para que elas possam cada vez mais obter reconhecimento da sociedade por sua relevância no sistema de Educação, Ciência e Tecnologia e decidi refrescar meus conhecimentos em relação aos dados principais das universidades federais (UFES).

Não é tarefa simples, uma vez que mesmo nos dados apresentados por diferentes setores do mesmo ministério, o MEC, siglas e nomes das universidades variam enormemente

entre as Sinopses, Microdados, CPC, IGC e CAPES. Um horror. Mas, com persistência foi possível agrupá-los e tentar estabelecer alguns perfis institucionais. Os dados utilizados podem ser melhorados, é claro, com mais informações e refino, mas o que eles mostram não surpreende quem conhece o sistema.

Analisei dados de 63 UFES. Para entender os diferentes grupos de perfis, levantei a produção científica reconhecida na classificação do Scimago Institution Rankings, as dissertações e teses defendidas em 2018 em cada instituição, o número de doutores e mestres e quantos destes estão em dedicação exclusiva e também o custo por aluno de cada uma delas utilizando dados do MEC, representado por uma simples divisão do orçamento pelo número de alunos de graduação como faz o próprio Ministério da Educação. Como sempre, todos os dados serão sujeitos a críticas e propostas de aperfeiçoamento, no melhor dos casos, ou simplesmente desqualificados, principalmente por parte daqueles que têm alergia a mudanças. Posso afirmar, entretanto, que seja quais forem os indicadores escolhidos, dificilmente haveria uma mudança radical, ou mesmo significativa na ordem de grandeza do conjunto apresentado aqui.

As tabelas, muito grandes para este artigo de divulgação, consideraram a produção científica anual por docente mestre ou doutor, número de teses e dissertações defendidas por doutor e o custo por aluno de graduação.

Encontrei, como era de se esperar, a confirmação de que a maioria das UFES mais tradicionais e de maior custo/aluno produzem mais cientificamente, as universidades mais novas, em geral, produzem bem menos, uma vez que pesquisa e formação de pós-graduados andam juntas. Universidades em grandes centros, mais antigas, são mais sólidas nestes indicadores, algumas com desempenho de nível internacional.

No entanto, algumas UFES menores, situadas fora dos grandes centros, que quase não formam doutores, por outro lado em suas dissertações de mestrado abordam problemas regionais de grande importância, mostrando o papel relevante que têm e que possivelmente poderiam ampliar se seguissem os conselhos de Lynton e Elman, explorando essa qualidade e transformando-se em centros de desenvolvimento regional.

Assim, observando os dados e traçando alguns gráficos foi possível estabelecer quatro classes de universidades federais, com limites bem definidos segundo meus critérios, mas que podem variar um pouco se houver pequenas alterações de critérios, embora os números não devam mudar muito para hipóteses razoáveis:

Universidades de pesquisa de classe mundial – seriam 10 UFES. Possuem claramente condições de competir internacionalmente;

Universidades de pesquisa – seriam 19 UFES. Já tendo um papel e importância na pesquisa nacional deveriam definir se podem e desejam se transformar em universidades de classe mundial ou, eventualmente, assumir a missão de universidades regionais;

Universidades regionais – seriam 21 UFES. Diplomam poucos doutorados por professor/ doutor, mas produzem dissertações de mestrado e algumas teses de relevância regional. Poderiam ser parte fundamental para o desenvolvimento ou consolidação de polos regionais se não tiverem que atender aos critérios rígidos do MEC, inclusive para sua orçamentação;

Universidades em desenvolvimento – as demais 13 UFES analisadas. Precisam definir suas vocações e aumentar sua produtividade. O caminho mais curto é seguir a rota das universidades regionais, embora algumas que buscam a integração linguística ou geopolítica deveriam rever seus objetivos globais. Poderia ser tentada uma classificação destas instituições como IES com vocação para o ensino, mas os índices de evasão deste segmento, se tomado como indicador da qualidade e atenção ao ensino, não justificam esta classificação, uma vez que 50% delas apresentam índices de evasão bem altos, da mesma ordem de grandeza do setor privado (50% mais alto que o das federais em média). Os índices de evasão se basearam em dados da Sinopse do Ensino Superior utilizando a fórmula para o cálculo já adotada pelo Instituto Lobo em suas publicações científicas.

Seria muito interessante para as UFES e para o Brasil que essas instituições pudessem definir, apoiadas em dados mensuráveis e perspectivas realistas, suas missões e formas de gestão para atingir objetivos concretos e eficazes.

Em excelente resumo da situação das UFES que ainda não se consolidaram como universidades de classe mundial, seria a constatação feita por Ernest Lynton e Sandra Elman com um grifo meu:

“Acreditando serem o que não são, essas instituições ficam aquém do que poderiam ser. Isso não apenas priva a sociedade dos importantes serviços intelectuais que essas universidades poderiam oferecer, mas constitui um perigo real para as próprias instituições.”

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Ortopedia da USP terá robô para ajudar a produzir órteses

Coletes para problemas de coluna e assentos para cadeiras de rodas serão primeiras peças feitas pela máquina

Foram quatro anos até que o projeto se materializasse, mas Cândida Luzo, terapeuta ocupacional do Instituto de Ortopedia e Traumatologia da USP, e Selma Lancman, professora da universidade, finalmente vão inaugurar um robô que vai dar literalmente uma mão na construção de órteses. Ele será, de acordo com as pesquisadoras, o primeiro do tipo no serviço público do país.

O braço robótico, que ainda não tem nome, possui uma fresa (ferramenta de corte) na ponta e será especialmente útil para duas tarefas. Uma delas é esculpir assentos de cadeiras de rodas personalizados em menos de uma hora. O trabalho é atualmente feito de forma manual, na base do estilete, e pode levar um dia inteiro.

A matéria-prima, um tipo de espuma, é moldada de acordo com o tamanho da pessoa e sua distribuição de peso, a partir de imagens em 3D. Depois de esculpido, o assento vai para a tapeçaria, onde é revestido e fica pronto para uso.

“A ideia não é só criar uma cadeira que seja confortável mas que ela tenha angulações, uma conformação que ajude no processo de reabilitação, a respirar melhor, a manter a postura”, diz Lancman. Um assento inadequado pode provocar feridas e, no fim das contas, dificultar ou inviabilizar a adaptação à cadeira de rodas.

Entre aqueles atendidos no serviço, que faz parte do complexo do Hospital das Clínicas,

estão os que sofrem traumas, como em acidentes de trânsito (especialmente motociclistas), e também aqueles com doenças como distrofia de Duchenne e esclerose múltipla.

Hoje, há fila de mais de 450 pessoas aguardando atendimento para adaptação de cadeiras de rodas. Com o ritmo de produção do robô, deseja-se reduzir o tempo de espera dos pacientes.

A outra função do robô será ajudar na construção de coletes ortopédicos que permitam a correção de escoliose, por exemplo. Na primeira etapa, o paciente é escaneado. Em seguida, a imagem é processada por um software, que, por fim, envia as instruções para que o robô esculpa uma réplica do torso em espuma.

Com a peça em mãos, é possível planejar como será o colete e fazer os ajustes necessários para, por exemplo, tentar desentortar a coluna do paciente.

Até então, era preciso fazer um molde de gesso do tronco do paciente, construir uma espécie de boneco (às vezes de gesso, bem pesado) a partir dele e só então fazer o colete. No serviço público, isso demora até 40 dias, diz Luzo.

Segundo as especialistas, há certa negligência em relação à escoliose. A melhor época para tratar a condição é no início da adolescência. Depois de adulto e a depender da gravidade, só com cirurgia, que nem sempre funciona tão bem.

Um colete desses, na rede privada, sai por R\$ 4.500 ou mais. Pelas contas da terapeuta ocupacional, o custo por item para o serviço público deve ser menos da metade —ainda mais caro do que a técnica artesanal, mas com ganho de produtividade.

Braço robótico que será usado para esculpir assentos de cadeira de rodas e torsos de espuma, usados para fabricar coletes ortopédicos - Eduardo Knapp/Folhapress

Um desafio é conseguir que o SUS remunere o serviço de acordo —hoje, pelos coletes mais caros, recebem-se cerca de R\$ 800, diz Luzo. “Mesmo num certo prejuízo, vamos começar a trabalhar, não podemos ficar paradas no tempo. Muitos dos coletes que fazemos hoje foram descritos na década de 1940.”

O robô custou, depois de intensa negociação, R\$ 100 mil; o software que o comanda, US\$ 40 mil (R\$ 167 mil); a instalação, R\$ 30 mil. Também há o custo de treinar o operador, cerca R\$ 12 mil.

Os recursos foram obtidos por meio da **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que financia a pós-graduação no país), que apoiou o projeto. Além do IOT, fazem parte dele também o Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina, a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal do ABC. A princípio, o aparato tecnológico será utilizado principalmente dentro de protocolos de pesquisa e na formação de profissionais.

As primeiras peças devem ser produzidas a partir do fim de setembro, após detalhes da instalação serem resolvidos, como algumas questões de segurança. Haverá um

dispositivo, por exemplo, que impede que o robô trabalhe caso alguém esteja dentro da sala onde ele opera — tudo para evitar acidentes.

topo ↕

FEIRAS DO BRASIL - TEMPO REAL

ABM Week 2019 recebe número recorde de trabalhos

Semana técnico-científica recebeu 929 contribuições, número é 22% superior ao da edição anterior do evento.

Mesmo com todos os desafios consequentes da recessão econômica que atinge o Brasil, os esforços dedicados à pesquisa resistem, pelo menos nas áreas de metalurgia, materiais e mineração. Um indicador disso é o número recorde de trabalhos inscritos para participar da ABM Week 2019.

Ao todo foram 929 contribuições submetidas à avaliação de uma comissão técnica – formada por especialistas do setor – e que serão apresentadas em sessões orais e pôsteres entre os dias 1 e 3 de outubro, no Pro Magno Centro de Eventos, em São Paulo. O número representa um crescimento de 22% em relação aos trabalhos enviados para a edição anterior do evento, em 2018.

A expectativa é a de que as sessões técnicas da ABM Week promovam, mais uma vez, uma maratona de troca de conhecimento. "Este ano, teremos uma participação importante de profissionais estrangeiros, incentivada pela 11ª International Rolling Conference (IRC 2019), realizada pela primeira vez no Brasil, dentro da ABM Week", comenta o engenheiro Horacido Leal Barbosa Filho, presidente executivo da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (ABM).

Em momento conturbado, sobretudo nas universidades federais, uma série de fatores ajuda a entender o grande interesse no evento da ABM. A oferta de prêmios de reconhecimento técnico concedidos pela Entidade e patrocinados por empresas do setor aos melhores trabalhos apresentados é um deles. Também contribui a possibilidade dos artigos serem publicados em periódicos com alto grau de indexação, como TMM (Tecnologia em Metalurgia, Materiais e Mineração), jmr&t (Journal of Materials Research and Technology) e Materials Research (Ibero-american Journal of Materials). Os dois últimos são indexados na base Scopus e têm classificação A1 e A2 (respectivamente) na Qualis.

Além disso, todos os trabalhos apresentados no evento são publicados no ABM Proceedings, coleção digital dos anais que aumenta a visibilidade dos artigos e amplifica a possibilidade de citações (somando pontos para o currículo lattes, por exemplo). No ABM Proceedings, a busca aos trabalhos se dá pela atribuição de um DOI (Digital Object Identifier) indexado às plataformas Crossref e Google Scholars.

"O interesse dos profissionais não deixa de ser uma mostra da consolidação do evento, que chega à sua 5ª edição atingindo um significativo grau de maturação", analisa Leal.

Sobre a ABM Week 2019

A ABM Week é o principal evento técnico-científico das indústrias metalúrgicas, siderúrgicas, mineradoras e de materiais na América Latina. Realizada pela ABM, a Semana tem como principais objetivos promover o intercâmbio tecnológico, o

desenvolvimento industrial e a melhoria da competitividade das empresas. Para os profissionais, é uma oportunidade única para compartilhar conhecimento, fazer networking e se atualizar sobre novas tendências.

Ampla e diversificada, a programação inclui debates técnicos, painéis, plenárias e mesas-redondas, além de rodadas de negócios, rodadas de RH, coquetéis e área de exposição. Temas sensíveis para a indústria estarão no centro dos debates, como a robotização, o papel das startups para o aumento da produtividade e o desenvolvimento sustentável.

A expectativa dos organizadores é atrair mais de 1500 pessoas, entre representantes de grandes empresas nacionais e internacionais, universidades, centros de pesquisa e institutos de tecnologia.

Além de ser um fórum para debater temas atuais, a ABM Week é relevante por seu porte e abrangência. A Semana congrega onze eventos tradicionais da ABM: 74º Congresso Anual da ABM, 56º Seminário de Laminação e Conformação, 50º Seminário de Aciaria, Fundição e Metalurgia de Não-Ferrosos, 49º Seminário de Redução, 20º Simpósio de Mineração; 7º Simpósio de Aglomeração; 38º Seminário de Logística; 40º Seminário de Balanços Energéticos Globais e Utilidades; 34º Encontro de Produtores e Consumidores de Gases Industriais; 23º Seminário de Automação e TI; além do 19º Enemet – Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Metalúrgica, de Materiais e de Minas.

Este ano, a Semana também sediará o principal evento da área de laminação no mundo, a 11ª International Rolling Conference (IRC 2019), realizada em parceria com a International Society of Steel Institutes (ISSI).

A ABM Week conta com o patrocínio das seguintes empresas (atualizado em 27/08): Açokorte, Aperam, ArcelorMittal, Atomat, Beda, BRC, Cargo X, CBMM, Clariant, Condat, Danieli, Dassault Systemès, DDMX, DME Engenharia, DSI Montagens Refratárias, ESW, Fosbel, Gerdau, Harsco, Hatch Cisd, Ibar, Imerys, IMS Messsysteme, Ingersoll Rand, John Cockerill, Kelk/PLM, Kuttner, Lechler, Login Logística, Maina, Metso, Nalco, Nokia, Paradiso Giovanella, Paul Wurth, Polytec, Primetals, PSI Metals, Pyrotek, Reframax, RHI Magnesita, RIP, Saint-Gobain, SMS Group, Spraying Systems, Suez Water, Suncoke, Tecnosulfur, Ternium, Timken, Tora, Unifrax, Usiminas, Vale, Vamtec, Vesuvius, Villares Metals, White Martins. O evento também possui o apoio das seguintes instituições: Abendi, AIST, Capes, CNPq, Instituto Aço Brasil, Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram e SAE Brasil.

Serviço

ABM Week 2019

Data: de 1 a 3 de outubro de 2019

Local: Pro Magno Centro de Eventos (Av. Prof. Ida Kolb, 513 - Jardim das Laranjeiras - São Paulo / SP)

Informações e inscrições: www.abmbrasil.com.br/eventos

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

As incertezas jurídicas por trás do Future-se

O Ministério da Educação (MEC) lançou recentemente, a proposta do programa Future-se: iniciativa que visa fortalecer a autonomia financeira das universidades federais, por meio de ações relacionadas à gestão, empreendedorismo, pesquisa e internacionalização nas instituições de ensino superior. Ainda que de adesão voluntária, a proposta tem recebido consideráveis críticas, principalmente pela falta de clareza em seu modo de operacionalização e por apresentar questões sensíveis sob a ótica jurídica.

Para ser viabilizado, o programa prevê a instituição de uma nova lei com regulamentos específicos sobre suas frentes de ação, além de propor alterações a outras dezessete legislações. De todo modo, a proposta ainda precisará ser formalizada como projeto de lei e tramitar pelo Congresso Nacional para ser aprovada e adotada pelas universidades federais.

O principal mecanismo previsto para operacionalizar a iniciativa é a celebração de contratos de gestão entre a instituição de ensino, a União e uma organização social (OS). Em que pese o envolvimento de uma OS na execução de atividades de interesse público não seja novo no ordenamento jurídico brasileiro, o modelo proposto pelo Future-se apresenta divergências substanciais quanto ao mecanismo instituído pela pioneira Lei das OS.

Por exemplo, nos termos da referida lei, as OSs podem receber bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão mediante permissão de uso. De acordo com o Future-se, todavia, o MEC poderá doar bens imobiliários condicionalmente às OSs, as quais deverão integralizá-los em fundos de investimento e reverter sua rentabilidade para o programa.

Nos cabe questionar, porém, se a doação condicionada à OS, e não à universidade, seria o melhor meio para viabilizar a utilização destes bens, especialmente considerando que os bens submetidos ao regime de direito público sujeitam-se a restrições para alienação. Esse questionamento ganha maiores nuances quando se coloca em análise as possíveis consequências que a doação pode trazer no caso de uma rescisão antecipada do contrato de gestão ou, ainda, o modo como os bens já integralizados em fundos poderão ser recuperados pelo governo e/ou pela próxima OS contratada.

O programa também prevê a possibilidade de cessão de servidores à OS, mas, diferentemente do previsto na Lei das OS, o ônus pela remuneração do agente cedido não recairá sobre a origem estatal. Por essa razão, há incertezas sobre o regime de trabalho ao qual o servidor cedido estará inserido e sobre como sua remuneração será viabilizada.

Já em relação ao fomento, o projeto de Lei prevê a possibilidade do MEC participar como cotista em fundos de investimento, que serão selecionados por procedimento simplificado. A rentabilidade das cotas poderá ser doada para OS, desde que revertida para a consecução do programa. Nesse contexto, surgem diversas dúvidas, desde o modelo de seleção dos fundos, até a origem dos recursos que lhe serão destinados e como serão aplicados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que tange às novas alternativas de captação de recursos, o Future-se possibilita que as universidades participantes possam ser beneficiárias de repasses viabilizados por leis de incentivo fiscal. Por exemplo, prevê que as atividades de pesquisa do programa serão

consideradas atividades culturais para recebimento de recursos incentivados pela Lei nº 8.313/91 (antiga “Lei Rouanet”). Tal proposta tem sido fortemente criticada, principalmente se considerarmos uma ampliação da concorrência pelos repasses voltados à cultura, além de possíveis questionamentos quanto à extensão do benefício às instituições de pesquisa estaduais e privadas.

Espera-se que com as contribuições reunidas pela consulta pública e pelas discussões a que o projeto estará sujeito junto às comissões e ao plenário de cada uma das casas do Congresso Nacional, seja possível aprimorar o programa e esclarecer as inconsistências jurídicas que, hoje, acarretam diversos questionamentos para a efetiva execução do Future-se.

*Juliana Gomes Ramalho Monteiro, Fernanda Basaglia Teodoro e Yvilla Diniz Gonzalez são, respectivamente, sócia e advogadas do escritório Mattos Filho

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Em ofício a Guedes, ministro da Educação escreve 2 vezes paralisação com z Documento alerta Ministério da Economia sobre consequências de insuficiência de recursos em 2020. Com a redução de bolsistas de mestrado e doutorado, há paralisação (sic) de pesquisas e risco de evasão de pesquisadores para atuação no exterior

BRASÍLIA - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, escreveu duas vezes a palavra "paralisação" usando a letra "z" em ofício endereçado ao ministro da Economia, Paulo Guedes. No documento, Weintraub alerta que os recursos previstos para o ministério em 2020 são insuficientes para a prestação de serviços públicos, como a compra de livros escolares, e podem levar à interrupção das atividades em universidades públicas. Procurado pela reportagem, o MEC não quis se manifestar.

O ministro pediu aumento de R\$ 9,8 bilhões em verbas previstas para as chamadas despesas discricionárias (aquelas que não são obrigatórias, como pagamento de servidores e aposentados). Com o incremento, os recursos previstos para esses gastos, que incluem o custeio de programas e investimentos, alcançariam R\$ 26 bilhões.

"Com a redução de bolsistas de mestrado e doutorado, há paralisação (sic) de pesquisas e risco de evasão de pesquisadores para atuação no exterior, comprometendo o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país", alerta o ministro na página 4 do ofício, de 15 de agosto deste ano.

"O referencial monetário apresentado ao MEC impossibilita a destinação de menos da metade do orçamento que as universidades e institutos possuem atualmente. Com isso, haverá a paralisação (sic) de cursos, campi e possivelmente instituições inteiras, comprometendo a educação superior e a educação profissional e tecnológica (EPT)", afirma o ministro na página 6.

O ministro mostrou preocupação com temas caros ao governo Bolsonaro, como ampliação do número de escolas cívico-militares. Ainda afirmou que há risco de “recepção desfavorável na sociedade em geral e na imprensa” se forem suspensas bolsas de estudo no País e exterior. Como mostrou o Estado, além de Weintraub, ministros da Saúde, de Minas e Energia e de Relações Exteriores também alertaram Guedes que as verbas previstas para 2020 são insuficientes.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Depois de Moro, ministros alertam que Orçamento de 2020 é insuficiente
Paulo Guedes recebeu alertas de ministérios de que os recursos previstos para o ano que vem não são suficientes e podem comprometer, dentre outras coisas, a compra de livros escolares

BRASÍLIA - Às vésperas do envio da proposta de Orçamento de 2020 ao Congresso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, recebeu alertas de ministérios de que os recursos previstos para o ano que vem são insuficientes e podem comprometer compra de livros escolares, pagamentos de bolsas de estudos e entrega gratuita de medicamentos, entre outros serviços.

Nesta semana, a queixa do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, sobre o Orçamento do próximo ano escancarou a preocupação de membros do governo.

Assim como Moro, outros ministros relatam cenário dramático caso sejam confirmados os níveis previstos para os chamados gastos discricionários (aqueles que são tradicionalmente contingenciados e que incluem custeio da máquina e investimentos).

A preocupação está registrada em documentos obtidos pelo Estado e são respostas ao limite de gastos anunciado pela equipe econômica para cada órgão. O governo tem até esta sexta-feira, dia 30, para enviar o Orçamento de 2020 ao Congresso.

Educação

A carta mais longa é assinada pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, que pede aumento de R\$ 9,8 bilhões em verbas previstas para despesas discricionárias (aquelas que não são obrigatórias, como pagamento de servidores e aposentados), para atingir a soma de R\$ 26 bilhões.

O ministro mostra preocupação com temas caros ao governo Bolsonaro, como ampliação do número de escolas cívico-militares. Ainda afirma que há risco de “recepção desfavorável na sociedade em geral e na imprensa” se forem suspensas bolsas de estudo no País e exterior.

Segundo Weintraub, a peça orçamentária de 2020 “impossibilita a destinação de menos da metade do orçamento que as universidades e institutos possuem atualmente”. “Com isso, haverá a paralização (sic) de cursos, campi e possivelmente instituições inteiras”, completa.

Saúde

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM), pede aumento de despesas discricionárias “não classificadas como ações e serviços públicos de saúde”, de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 1,6 bilhão.

Segundo ele, a redução prevista ameaça a “continuidade” do Programa Farmácia Popular, que entrega medicamentos de graça ou com até 90% de desconto, e de ações para reestruturação dos Hospitais Universitários Federais.

Medidas de melhorias de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios com menos de 50 mil habitantes também ficariam comprometidas, diz Mandetta.

Energia

As operações da Eletronuclear devem ser prejudicadas com o Orçamento desenhado para 2020, segundo ofício do Ministério de Minas e Energia (MME). A perda seria resultado da dificuldade que a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) teria para operar. A empresa é a autorizada no Brasil a extrair urânio e produzir combustível nuclear para as Usinas de Angra 1 e 2 e 3.

“A produção do referido combustível e sua comercialização para a Eletronuclear gera uma receita anual superior a R\$ 650 milhões, sem a qual sua receita cai para módicos R\$ 40 milhões, em outras atividades comerciais e financeiras”, diz o ofício.

Neste cenário, as usinas poderiam até paralisar, o que exigiria ativação de usinas termelétricas, “localizadas fora do centro de carga, que podem ocasionar instabilidade em toda a rede de distribuição”, segundo o ministério.

O MME fala em “impactos negativos” sobre o “desempenho da economia nacional” com os cortes. A pasta pede aumento de R\$ 600,36 milhões para despesas não obrigatórias, o que elevaria esta verba para R\$ 1,14 bilhão.

Relações exteriores

O Ministério das Relações Exteriores pediu aumento de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 1,7 bilhão na previsão de verba discricionária. Para o órgão, os cortes devem levar a atrasos em pagamentos de contratos firmados em moeda exterior que “podem ensejar, além dos referidos danos à credibilidade e à imagem do País, ações judiciais”.

Há ainda risco de interrupção de programa recém-lançado por Bolsonaro, como a ideia de reunir serviços do governo federal em um único portal, o “gov.br”, anunciado na última semana. O IBGE também afirma que não terá condições de realizar o Censo 2020 com corte previsto.

A presidente do órgão, Susana Cordeiro Guerra, em carta à Economia, diz que precisaria de no mínimo R\$ 2,3 bilhões, mas estão previstos R\$ 2 bilhões. “Com o referencial monetário recebido pelo IBGE, a operação censitária fica claramente inviabilizada”, escreve Guerra. O governo vai tentar, com emendas parlamentares, garantir os outros R\$ 300 milhões.

Saídas

Diante das queixas por previsões de cortes, o governo avalia um conjunto de medidas para reduzir despesas obrigatórias e abrir espaço no teto de gastos (dispositivo previsto na Constituição que impede o crescimento das despesas acima da inflação) na proposta de Orçamento de 2020, como mostrou o Estadão/Broadcast. Uma das medidas consideradas é suspender novas contratações do programa Minha Casa Minha Vida. Recursos do Sistema S também podem ser direcionados para bancar alguns gastos do Orçamento.

É provável que o projeto que será enviado nesta sexta-feira, 30, não conte ainda com o impacto das medidas que estão sendo estudadas – boa parte delas depende de medidas legais que precisam de ser aprovadas pelo Congresso. A ideia é que as ações sejam apresentadas ao longo das negociações com o Congresso.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, na reta final da elaboração da proposta orçamentária para 2020, o governo prepara medidas para reduzir as despesas obrigatórias em mais de R\$ 10 bilhões. Mas o valor ainda é insuficiente, e a equipe econômica busca saídas para conseguir cerca de R\$ 15 bilhões adicionais para as chamadas despesas discricionárias.

Procurado, o Ministério da Casa Civil disse que “todas as dificuldades em relação às restrições orçamentárias estão sendo analisadas não apenas pelo Ministério da Economia, como também pela Junta de Execução Orçamentária (JEO)”.

topo ↕

METRO1 - BA - NOTÍCIAS

Ministro da Educação escreve paralisação com z em ofício a Guedes

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, escreveu duas vezes a palavra "paralisação" com a letra "z" em lugar de "s" em ofício endereçado ao ministro da Economia, Paulo Guedes.

O documento com erro de grafia foi enviado para fazer um alerta acerca da insuficiência de recursos previstos para o ministério em 2020.

"Com a redução de bolsistas de mestrado e doutorado, há paralisação (sic) de pesquisas e risco de evasão de pesquisadores para atuação no exterior, comprometendo o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país", diz o ministro da Educação, na página 4 do ofício, do dia 15 de agosto deste ano.

"O referencial monetário apresentado ao MEC impossibilita a destinação de menos da metade do orçamento que as universidades e institutos possuem atualmente. Com isso, haverá a paralisação (sic) de cursos, campi e possivelmente instituições inteiras, comprometendo a educação superior e a educação profissional e tecnológica (EPT)", continua Weintraub, na página 6.

Procurado pela reportagem sobre o erro do ministro, o MEC não quis se manifestar.

Ainda no documento, o ministro da Educação demonstrou preocupação com temas polêmicos do governo Bolsonaro, a exemplo da ampliação do número de escolas cívico-militares.

Weintraub disse também que há risco de “recepção desfavorável na sociedade em geral e na imprensa” caso sejam suspensas bolsas de estudo no Brasil e exterior.

topo ↕

PORTAL DO HOLANDA - TEMPO REAL

Em ofício, ministro da Educação escreve duas vezes paralisação com z

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, escreveu em um documento a palavra paralisação usando a letra z em ofício endereçado ao ministro da Economia, Paulo Guedes. No documento, Abraham Weintraub alerta que os recursos previstos para o ministério em 2020 são insuficientes para a prestação de serviços públicos, como a compra de livros escolares, e podem levar à interrupção das atividades em universidades públicas.

O ministro pediu aumento de R\$ 9,8 bilhões em verbas previstas para as chamadas

despesas discricionárias (aquelas que não são obrigatórias, como pagamento de servidores e aposentados). Com o incremento, os recursos previstos para esses gastos, que incluem o custeio de programas e investimentos, alcançariam R\$ 26 bilhões.

"Com a redução de bolsistas de mestrado e doutorado, há paralização (sic) de pesquisas e risco de evasão de pesquisadores para atuação no exterior, comprometendo o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país", alerta o ministro na página 4 do ofício, de 15 de agosto deste ano.

"O referencial monetário apresentado ao MEC impossibilita a destinação de menos da metade do orçamento que as universidades e institutos possuem atualmente. Com isso, haverá a paralização (sic) de cursos, campi e possivelmente instituições inteiras, comprometendo a educação superior e a educação profissional e tecnológica (EPT)", afirma o ministro na página 6.

O ministro mostrou preocupação com temas caros ao governo Bolsonaro, como ampliação do número de escolas cívico-militares. Ainda afirmou que há risco de "recepção desfavorável na sociedade em geral e na imprensa" se forem suspensas bolsas de estudo no País e exterior. Como mostrou o Estado, além de Weintraub, ministros da Saúde, de Minas e Energia e de Relações Exteriores também alertaram Guedes que as verbas previstas para 2020 são insuficientes.

ANDIFES - TEMPO REAL

UFRN firma nova parceria com instituição europeia

O Termo de Cooperação entre a Dublin City University (DCU) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) foi entregue oficialmente na manhã desta quarta-feira, 28, na Sala de Reuniões, pelos professores Theo Lynn e Pierangelo Rosati ao reitor da UFRN, José Daniel Diniz Melo. A parceria é fruto de uma aproximação fruto do World Technology Universities Network – Exchanges Grants (WTUN), rede mundial de cooperação entre universidades que busca aproximar instituições emergentes e que propiciou, em 2018, a cooperação de trabalhos científicos entre pesquisadores da DCU e da UFRN.

"Tanto o WTUN como este termo de cooperação abrem portas importantes para a troca de experiências e oportunidades de pesquisa, potencializando assim a internacionalização da UFRN. Na época, para termos uma ideia, fomos a única universidade brasileira contemplada com bolsas pelo projeto", colocou o professor do Instituto Metrópole Digital (IMD), Ivanovitch Medeiros Dantas da Silva, cujos trabalhos se debruçam sobre aspectos no contexto da Internet das Coisas Industriais. Além dele, o docente Marcelo Augusto Costa Fernandes, do Departamento de Engenharia da Computação (DCA) também foi contemplado em 2018 com uma bolsa na Coventry University, na Inglaterra.

O reitor da UFRN especificou que um dos eixos de atuação da Universidade nos próximos anos será justamente alcançar a excelência acadêmica, e um dos meios é o fortalecimento da internacionalização. Representantes da Pró-Reitoria de Pesquisa (Propesq) e da Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (SRI) estiveram presentes. Na oportunidade, o secretário da SRI, Márcio Venício, afirmou que o estreitamento das relações é uma das demandas inerentes ao Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, além de atingir as metas do Plano Estratégico de

Internacionalização.

WTUN

Lançada em 2017 durante o segundo Congresso Mundial de Universidades Tecnológicas, a World Technology Universities Network é uma rede global de universidades de tecnologia comprometida com pesquisas avançadas e voltadas para desafios que gerem benefícios diretos às pessoas e à sociedade, mediante uma educação focada na disseminação de uma cultura de cidadãos globais.

A WTUN tem, como alguns de seus objetivos, promover a mobilidade e oportunidades de cidadania global, colaborar em pesquisa e transferência de conhecimento para enfrentar desafios globais, facilitar as ligações entre as universidades, a indústria de tecnologia do mundo e as organizações não governamentais. Para atingi-los, busca intercâmbios entre universidades membros com pesquisa colaborativa, facilitando as ligações entre as instituições.

topo ↕

BR POLÍTICO - TEMPO REAL

A Opinião do Estadão - O governo e o futuro da ciência

“No mesmo dia em que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** anunciou que não financiará um congresso sobre constitucionalismo e democracia, sob a justificativa de que os juristas responsáveis pela organização do evento seriam “militantes na área do direito”, o presidente da Academia Brasileira de Ciências, o físico Luiz Davidovich, lamentou a debandada de pesquisadores brasileiros para o exterior, por falta de condições mínimas de trabalho no Brasil.

Os dois eventos estão ligados. Segundo Davidovich, os pesquisadores brasileiros reclamam da falta de recursos para insumos e equipamentos e da ausência de uma agenda para o desenvolvimento tecnológico formulada pelo poder público. Esses problemas, que já eram graves, aumentaram depois do contingenciamento de parte do orçamento dos Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Aumentaram, também, em face da negação da ciência por motivos ideológicos e até religiosos, afirma o presidente da Academia Brasileira de Ciências.”

Diz trecho de editorial do Estadão desta quinta-feira, 29.

topo ↕

CORREIO DA PARAÍBA - PB - ÚLTIMAS

Dados para aprimorar Censo da Educação Superior serão coletados até o dia 30 **Censo reúne informações sobre as instituições de educação superior, cursos, docentes e alunos**

Gestores educacionais, professores, pesquisadores e demais usuários da base de dados do Censo da Educação Superior são convidados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para a responderem um questionário on-line sobre a utilização dos dados da pesquisa até o dia 30 de agosto, próxima sexta-feira.

O formulário traz perguntas que ajudam a conhecer melhor quem usa as informações, com qual finalidade, quais são os dados mais consultados e, ainda, o que poderia melhorar no censo. O instrumento de coleta de dados para a realização da pesquisa está

em processo de revisão.

Sobre o Censo

O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Inep, reúne informações sobre as instituições de educação superior, os cursos, os docentes e os alunos. O preenchimento do censo é pré-requisito para a expedição de atos regulatórios e para a participação das instituições em programas do Ministério da Educação, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e as bolsas subsidiadas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

topo ↕

DOURADOS AGORA - TEMPO REAL

Instituições debatem os desafios da ciência no Brasil

A Academia Brasileira de Letras (ABL) promoveu, na quarta-feira (21/8), a mesa-redonda Os desafios da ciência no Brasil.

O evento teve a mediação do historiador José Murilo de Carvalho, membro da ABL, e contou com a participação do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro, do presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, e da presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima. José Murilo de Carvalho abriu o debate lembrando que, ao longo da História, a ABL teve sete membros cientistas, entre eles o patrono da Fundação, o médico e sanitarista Oswaldo Cruz.

Atualmente, três membros da ABL também são integrantes da ABC. "Ciência também é cultura e, no Brasil de hoje, ambas passam por momentos difíceis.

Por isso é importante estarmos juntos e cerrar fileiras para assegurar a sobrevivência de institutos de pesquisa e universidades", afirmou o imortal.

O físico Luiz Davidovich iniciou as apresentações lembrando que as universidades brasileiras são relativamente recentes e que o Brasil demorou muito para contar com essas instituições.

"A primeira universidade brasileira, no Amazonas, é de 1909. Depois veio a do Paraná, em 1912, a do Rio de Janeiro, em 1920, e a de São Paulo, em 1934.

A Europa já dispunha de universidades desde a criação da de Bolonha, em 1088, no século XI.

O Peru desde o século XVI e os Estados Unidos desde o XVII. Esse atraso explica muitas das nossas dificuldades e o pouco caso que, historicamente, os governos deram à ciência", disse o presidente da ABC.

Davidovich recordou a fundação, em 1916, da então Sociedade Brasileira de Ciências (na grafia da época), a atual ABC, e discorreu sobre o almirante Álvaro Alberto, que presidiu a instituição entre 1949 e 1951.

O militar, que também era físico, deu uma contribuição fundamental para a implementação do Programa nuclear brasileiro e foi o representante do Brasil na

Comissão de Energia Atômica da ONU.

O presidente da ABC também abordou os sucessos obtidos por Embrapa, Petrobras e Embraer a partir do investimento em pesquisas, laboratórios e formação de recursos humanos.

"Para que a Fiocruz, por exemplo, consiga dar as respostas que tem dado aos desafios da saúde brasileira foram necessárias décadas de investimentos em ciência. Isso não acontece da noite para o dia.

E é justamente esse o nosso desafio atual: como vamos continuar resolvendo os problemas nacionais sem investimentos maciços em ciência? A Amazônia reúne 20% da biodiversidade nacional.

A Amazônia azul, como é chamado o mar territorial brasileiro, poderá chegar a 4,5 milhões de quilômetros quadrados caso a Comissão de Limites das Nações Unidas, aceite a reivindicação do Brasil e amplie a área de solo e subsolo marinhos que o país poderá explorar.

Tudo isso requer investimentos, que depois retornam em ganhos substanciais e na resolução de problemas".

Segundo Davidovich, o valor total gerado pela pesquisa pública equivale a um valor entre três e oito vezes o investimento feito.

A taxa de retorno da maior parte dos projetos fica entre 20% e 50%. "Além disso, entre 20% e 75% das inovações não seriam desenvolvidas sem a pesquisa feita em instituições públicas, que levam, em média, cerca de sete anos para serem concluídas".

Em seguida houve a intervenção da presidente da Fiocruz. Nísia Trindade Lima sublinhou que não se pode dissociar desenvolvimento de soberania, o que cientistas de várias gerações afirmaram.

Ela também enfatizou a importância de fortalecer instituições públicas e lembrou a Escola de Minas de Ouro Preto, fundada em 1876, as escolas de medicina criadas ao longo do século XIX, a Escola Politécnica de São Paulo (1893), os institutos históricos e geográficos estabelecidos nos estados e, sobretudo, a instalação do Instituto Oswaldo Cruz (embrião da atual Fiocruz, em 1900) e do Instituto Butantan (1901).

"A partir daí temos a ciência feita de maneira mais densa, permanente, com a formação de quadros e a solução de desafios nacionais".

Segundo Nísia, a pesquisa em saúde no Brasil contribui com o maior número de pesquisadores e programas de pós-graduação

. "No entanto, as dificuldades orçamentárias têm gerado grandes problemas, como a interrupção de pesquisas importantes para o país e a população, a fuga de cérebros para o exterior, o que leva para outros países o conhecimento que poderia ser desenvolvido e dar frutos aqui, e também para a formação de novos pesquisadores, devido à precariedade de laboratórios e equipamentos".

Em uma tentativa de reduzir esses problemas, Nísia comentou sobre a Coordenação de Ações de Prospecção da Fiocruz, criada em 2017 e que tem como perspectiva central enfrentar os grandes desafios nacionais e institucionais, integrando as dimensões a ciência, a tecnologia e a inovação em saúde com as dimensões sociais, econômicas, ambientais e territoriais brasileiras.

Nísia disse que a demanda nacional em saúde fica em torno de 9% do PIB e que o setor congrega cerca de 10% dos trabalhadores qualificados brasileiros, gerando 20 milhões de empregos diretos e indiretos, e é responsável por 35% do esforço nacional de P&D.

"Este setor reúne plataformas críticas para o futuro do Brasil, como biotecnologia, química fina, equipamentos médicos, telemedicina, nanotecnologia e outros".

O presidente da SBPC, Ildeu de Castro, disse que os indicadores brasileiros em ciência têm piorado substancialmente.

No entanto, mesmo se classificando como um "esperançoso", ele lamenta que os desafios são muitos no cenário brasileiro.

"Temos que investir em educação de qualidade, em particular na educação científica, ampliar os recursos para C&T, recompor a força de trabalho no setor, desburocratizar e criar marcos legais adequados, melhorar a qualidade da pesquisa que produzimos, reforçar a inovação tecnologia e social, compartilhar a ciência produzida no país, com uma ciência cidadã e voltada para a cidadania e elaborar um projeto de nação que seja democrático, soberano e justo".

De acordo com Castro, o desemprego atinge 25% dos mestres e doutores brasileiros, como revelou uma pesquisa feita em março deste ano.

"No mundo, esse número não passa de 2%. E a perspectiva não é boa, porque o orçamento de 2020 promete ser ainda pior que o atual. E existe ainda a possibilidade horrível de a Finep ser extinta".

Castro disse que os cortes orçamentários estão sucateando laboratórios e gerando situações preocupantes.

"O número de bolsas de pesquisa está caindo, os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) não vêm recebendo financiamento, a **Capes** está sendo desprestigiada. Enfim, os dados são muito ruins".

Ele comentou ainda que o Brasil caiu para 66º lugar, no mundo, no ranking de inovação científica e tecnológica.

Ildeu disse a população percebe essa queda e reconhece que é preciso investir mais. Ele apresentou dados de uma pesquisa recente que mostra que 78,1% dos brasileiros afirmam que é necessário aumentar os investimentos em ciência e tecnologia.

Para 13,4% os investimentos devem ser mantidos no patamar atual. Não souberam

responder 5,1% dos entrevistados. Apenas 3,4% concordam com as reduções orçamentárias no setor.

topo ↕

FUNDACRED - TEMPO REAL

Inep divulga suas publicações científicas em reunião da Abave

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulga, durante esta semana, suas principais publicações científicas na 10ª Reunião da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave). Entre os destaques, o estande institucional do Inep expõe a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Rbep), que completou 75 anos em julho. O fórum, aberto nesta quarta-feira, 28 de agosto, reúne, em São Paulo, até o dia 30, pesquisadores e profissionais dedicados ao desenvolvimento de propostas de avaliação educacional.

A Rbep é uma das principais publicações realizadas pelo Inep, por meio da Diretoria de Estudos Educacionais. No meio científico, o periódico conquistou grande prestígio e passou a fazer parte de um grupo seletivo entre revistas em educação, estando entre os 12% de revistas com a nota máxima no Qualis Periódicos, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**: A1 em “Ensino” e A2 em “Educação”. Durante a reunião da Abave, serão distribuídos mais de 1,2 mil exemplares da revista, além de outros títulos também publicados pelo Inep, como o periódico Em Aberto, a série PNE em Movimento e a série Textos para Discussão.

Sob a temática “Avaliação educacional no Brasil: o desafio da qualidade”, a 10ª Reunião da Abave abordará a pauta em diversas mesas e palestras proferidas por especialistas. Estão previstos três focos de discussões: as relações entre currículo e avaliação, a qualidade da educação profissional e os desafios de qualidade postos ao ensino superior no Brasil. O Inep será representado pelo diretor de Estatísticas Educacionais, Carlos Eduardo Moreno, que fará a conferência “Medição das desigualdades educacionais no Brasil: desafios e propostas”, na quinta-feira, 29 de agosto.

A 10ª reunião da Abave terá, ainda, minicursos, apresentações de trabalhos e intercâmbio de experiências e informações entre pesquisadores, docentes e estudantes de diferentes áreas do conhecimento, interessados em avaliação educacional.

Fonte: INEP

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Internacionalização das universidades aumenta a qualidade da pesquisa, defendem reitores

Para dirigentes, consolidação do ambiente internacional acadêmico melhora a diversidade

Os reitores das três universidades estaduais paulistas encorajam projetos de pesquisa em colaboração com universidades de outros países e em parceria com a indústria e com empresas privadas. Para os dirigentes da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), o principal objetivo da internacionalização é a consolidação do ambiente internacional acadêmico, melhorando diversidade e qualidade na pesquisa.

A defesa foi feita durante palestra na São Paulo School of Advanced Science on Science

Diplomacy and Innovation Diplomacy, que acontece na USP até o dia 30 de agosto. Organizado pelo Instituto de Relações Internacionais (IRI-USP), o evento teve apoio da Fapesp, por meio da modalidade Escola São Paulo de Ciência Avançada (ESPCA).

A diplomacia científica, segundo os organizadores da Escola, tem por objetivo desenvolver diplomacia por meio da ciência, aproximando países mediante intercâmbios e parcerias entre pesquisadores, universidades e institutos de pesquisa.

“Embora pareçam termos da moda, tanto a internacionalização quanto a inovação são ferramentas importantes para as universidades de pesquisa. A internacionalização assegura a melhora na qualidade. Isso pode ser notado em pesquisas de colaboração internacional que tendem a ter maior impacto, assim como programas de pós-graduação em colaboração com outros países e de graduação com double degree”, disse Vahan Agopyan, reitor da USP.

O mesmo acontece com inovação. “É claro que é sempre bom conseguir traduzir a pesquisa em algo prático. Ao mesmo tempo é um valor muito importante que as universidades de pesquisa tenham uma relação de fundo com a sociedade. É algo importante no século 21: mostrar que o que fazemos nas universidades tem resultados para toda a sociedade”, disse.

De acordo com Agopyan, 40% dos parceiros da USP são top 20 em seus respectivos países. “E 44% dos artigos que publicamos são em parceria com pesquisadores de outros países”, disse. Agopyan afirmou que a USP pretende nos próximos anos estreitar relações com empresas e universidades da América Latina e do Pacífico.

Estratégia X internacionalização aleatória

Sandro Valentini, reitor da Unesp, afirmou que embora a internacionalização seja um elemento importante para diferentes rankings de universidades, o assunto tem ganhado maior relevância em discussões recentes, com maior visibilidade para a diplomacia científica.

“A internacionalização do ensino superior e da pesquisa no Brasil não é um processo recente. Com o suporte de agências de fomento federais e estaduais – no caso de São Paulo, a Fapesp –, cientistas estabeleceram colaborações internacionais seja durante seus estudos fora ou desenvolvendo pesquisa colaborativa”, disse.

Para Valentini, no entanto, esse processo deve ser estratégico e não aleatório, ou centrado no nível individual dos pesquisadores. Ele citou o caso do programa federal de 2011, Ciência sem Fronteiras, com orçamento de cerca de R\$ 13 bilhões e com foco principal no intercâmbio de estudantes de graduação.

“No afã de ganhar escala na internacionalização, o processo de mobilidade do Ciência sem Fronteiras foi focado no treinamento individual de estudantes, sem nenhuma relação com as estratégias de internacionalização das instituições de origem desses alunos”, disse.

De acordo com o reitor, apesar de pouco resultado, o programa teve um ponto positivo: a criação de um movimento diplomático para a elaboração de planos estratégicos de

internacionalização.

“Durante esse período houve uma série de missões acadêmicas no Brasil, permitindo que a Unesp aproveitasse esse interesse de universidades estrangeiras e começasse a prospectar e propor parcerias de pesquisa de interesse institucional. A Unesp também organizou missões em instituições estrangeiras que resultaram no estreitamento de várias parcerias.”

Valentini fez ainda uma comparação entre o Ciência sem Fronteiras e o último programa de internacionalização lançado pelo governo federal em 2017, o **CAPES-PrInt**. “Esse programa buscava primeiramente a internacionalização do sistema como um todo, com foco particular no crescimento da inovação e interação da indústria na produção científica no Brasil. No entanto, a principal distinção é que, para poder fazer a inscrição, os institutos tinham de elaborar um plano estratégico. Infelizmente, o orçamento é muito menor, de apenas R\$ 1,5 bilhão”, disse.

Marcelo Knobel, reitor da Unicamp, afirmou que, para que haja internacionalização, é preciso atrair pesquisadores estrangeiros. “A principal motivação em estreitar colaboração e trazer estrangeiros para as nossas universidades está no fato de que os resultados são sempre positivos. Quando há estudantes e pesquisadores de outros países integrados à universidade significa que há culturas e maneiras de pensar diferentes. E isso é o básico em uma universidade. Precisamos de visões, ideias e origens diferentes”, disse.

Knobel relatou aos alunos da ESPCA duas experiências realizadas na Unicamp nesse sentido: a inclusão de alunos refugiados do Haiti – adesão da Unicamp à Cátedra para Refugiados, em 2017 – e o Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável e Cidades Inteligentes, que está sendo criado na Unicamp. Com uma área de quase 1,5 milhão de metros quadrados, o hub de desenvolvimento sustentável será lançado em setembro deste ano.

“Esse trabalho está sendo feito em colaboração com universidades estrangeiras, empresas e institutos de pesquisa para trabalhar em conjunto, sempre apontando para metas sustentáveis”, disse.

Em palestra que antecedeu o encontro dos reitores, o diretor científico da FAPESP, Carlos Henrique de Brito Cruz, afirmou que colaboração é muito mais que mobilidade de pesquisadores.

“A mobilidade é uma consequência de haver projetos de pesquisa colaborativos, concebidos e escritos conjuntamente. Valorizamos na Fapesp a ideia de que projetos de pesquisa colaborativa são idealizados e executados em parceria. Portanto, as pessoas vêm e vão, de forma recíproca. Há competitividade e estrutura de pesquisa no Estado de São Paulo, que atrai pesquisadores estrangeiros e permite o trabalho em conjunto. É uma atividade recíproca, que possibilita resultados muito melhores do que se cada parte pesquisasse sozinha”, disse.

A FAPESP tem apoiado a intensificação de pesquisas colaborativas a partir de acordos com agências de fomento, institutos e universidades, ou ações unilaterais – como a atração de professores visitantes e jovens pesquisadores.

Brito Cruz afirmou que, nos últimos anos, houve um aumento da colaboração internacional nas pesquisas apoiadas pela Fapesp. Em 2011, a Fapesp destinou R\$ 20 milhões para apoiar pesquisas em colaboração internacional; em 2018 o total de recursos para essa modalidade de pesquisa foi de R\$ 180 milhões.

“Isso pode ser percebido no aumento de artigos de coautoria internacional. Em 2010, eram menos de 25%, enquanto em 2018 essa taxa saltou para 40%”, disse.

Agência Fapesp

topo ↕

MS NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Instituições debatem os desafios da ciência no Brasil

A Academia Brasileira de Letras (ABL) promoveu, na quarta-feira (21/8), a mesa-redonda Os desafios da ciência no Brasil. O evento teve a mediação do historiador José Murilo de Carvalho, membro da ABL, e contou com a participação do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro, do presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, e da presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima. José Murilo de Carvalho abriu o debate lembrando que, ao longo da História, a ABL teve sete membros cientistas, entre eles o patrono da Fundação, o médico e sanitarista Oswaldo Cruz.

Atualmente, três membros da ABL também são integrantes da ABC. "Ciência também é cultura e, no Brasil de hoje, ambas passam por momentos difíceis.

Por isso é importante estarmos juntos e cerrar fileiras para assegurar a sobrevivência de institutos de pesquisa e universidades", afirmou o imortal.

O físico Luiz Davidovich iniciou as apresentações lembrando que as universidades brasileiras são relativamente recentes e que o Brasil demorou muito para contar com essas instituições.

"A primeira universidade brasileira, no Amazonas, é de 1909. Depois veio a do Paraná, em 1912, a do Rio de Janeiro, em 1920, e a de São Paulo, em 1934.

A Europa já dispunha de universidades desde a criação da de Bolonha, em 1088, no século XI.

O Peru desde o século XVI e os Estados Unidos desde o XVII. Esse atraso explica muitas das nossas dificuldades e o pouco caso que, historicamente, os governos deram à ciência", disse o presidente da ABC.

Davidovich recordou a fundação, em 1916, da então Sociedade Brasileira de Ciências (na grafia da época), a atual ABC, e discorreu sobre o almirante Álvaro Alberto, que presidiu a instituição entre 1949 e 1951.

O militar, que também era físico, deu uma contribuição fundamental para a implementação do Programa nuclear brasileiro e foi o representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica da ONU.

O presidente da ABC também abordou os sucessos obtidos por Embrapa, Petrobras e Embraer a partir do investimento em pesquisas, laboratórios e formação de recursos humanos.

"Para que a Fiocruz, por exemplo, consiga dar as respostas que tem dado aos desafios da saúde brasileira foram necessárias décadas de investimentos em ciência. Isso não acontece da noite para o dia.

E é justamente esse o nosso desafio atual: como vamos continuar resolvendo os problemas nacionais sem investimentos maciços em ciência? A Amazônia reúne 20% da biodiversidade nacional.

A Amazônia azul, como é chamado o mar territorial brasileiro, poderá chegar a 4,5 milhões de quilômetros quadrados caso a Comissão de Limites das Nações Unidas, aceite a reivindicação do Brasil e amplie a área de solo e subsolo marinhos que o país poderá explorar.

Tudo isso requer investimentos, que depois retornam em ganhos substanciais e na resolução de problemas".

Segundo Davidovich, o valor total gerado pela pesquisa pública equivale a um valor entre três e oito vezes o investimento feito.

A taxa de retorno da maior parte dos projetos fica entre 20% e 50%. "Além disso, entre 20% e 75% das inovações não seriam desenvolvidas sem a pesquisa feita em instituições públicas, que levam, em média, cerca de sete anos para serem concluídas".

Em seguida houve a intervenção da presidente da Fiocruz. Nísia Trindade Lima sublinhou que não se pode dissociar desenvolvimento de soberania, o que cientistas de várias gerações afirmaram.

Ela também enfatizou a importância de fortalecer instituições públicas e lembrou a Escola de Minas de Ouro Preto, fundada em 1876, as escolas de medicina criadas ao longo do século XIX, a Escola Politécnica de São Paulo (1893), os institutos históricos e geográficos estabelecidos nos estados e, sobretudo, a instalação do Instituto Oswaldo Cruz (embrião da atual Fiocruz, em 1900) e do Instituto Butantan (1901).

"A partir daí temos a ciência feita de maneira mais densa, permanente, com a formação de quadros e a solução de desafios nacionais".

Segundo Nísia, a pesquisa em saúde no Brasil contribui com o maior número de pesquisadores e programas de pós-graduação

. "No entanto, as dificuldades orçamentárias têm gerado grandes problemas, como a interrupção de pesquisas importantes para o país e a população, a fuga de cérebros para o exterior, o que leva para outros países o conhecimento que poderia ser desenvolvido e dar frutos aqui, e também para a formação de novos pesquisadores, devido à precariedade de laboratórios e equipamentos".

Em uma tentativa de reduzir esses problemas, Nísia comentou sobre a Coordenação de

Ações de Prospecção da Fiocruz, criada em 2017 e que tem como perspectiva central enfrentar os grandes desafios nacionais e institucionais, integrando as dimensões a ciência, a tecnologia e a inovação em saúde com as dimensões sociais, econômicas, ambientais e territoriais brasileiras.

Nísia disse que a demanda nacional em saúde fica em torno de 9% do PIB e que o setor congrega cerca de 10% dos trabalhadores qualificados brasileiros, gerando 20 milhões de empregos diretos e indiretos, e é responsável por 35% do esforço nacional de P&D.

"Este setor reúne plataformas críticas para o futuro do Brasil, como biotecnologia, química fina, equipamentos médicos, telemedicina, nanotecnologia e outros".

O presidente da SBPC, Ildeu de Castro, disse que os indicadores brasileiros em ciência têm piorado substancialmente.

No entanto, mesmo se classificando como um "esperançoso", ele lamenta que os desafios são muitos no cenário brasileiro.

"Temos que investir em educação de qualidade, em particular na educação científica, ampliar os recursos para C&T, recompor a força de trabalho no setor, desburocratizar e criar marcos legais adequados, melhorar a qualidade da pesquisa que produzimos, reforçar a inovação tecnologia e social, compartilhar a ciência produzida no país, com uma ciência cidadã e voltada para a cidadania e elaborar um projeto de nação que seja democrático, soberano e justo".

De acordo com Castro, o desemprego atinge 25% dos mestres e doutores brasileiros, como revelou uma pesquisa feita em março deste ano.

"No mundo, esse número não passa de 2%. E a perspectiva não é boa, porque o orçamento de 2020 promete ser ainda pior que o atual. E existe ainda a possibilidade horrível de a Finep ser extinta".

Castro disse que os cortes orçamentários estão sucateando laboratórios e gerando situações preocupantes.

"O número de bolsas de pesquisa está caindo, os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) não vêm recebendo financiamento, a **Capes** está sendo desprestigiada. Enfim, os dados são muito ruins".

Ele comentou ainda que o Brasil caiu para 66º lugar, no mundo, no ranking de inovação científica e tecnológica.

Ildeu disse a população percebe essa queda e reconhece que é preciso investir mais. Ele apresentou dados de uma pesquisa recente que mostra que 78,1% dos brasileiros afirmam que é necessário aumentar os investimentos em ciência e tecnologia.

Para 13,4% os investimentos devem ser mantidos no patamar atual. Não souberam responder 5,1% dos entrevistados. Apenas 3,4% concordam com as reduções orçamentárias no setor.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Consulta pública sobre Future-se termina nesta quinta (29)

Programa de financiamento recebeu 20 mil comentários on-line desde julho.

Ministro comemora

A consulta pública do programa Future-se termina nesta quinta-feira (29/8). Desde 17 de julho, foram registrados 58 mil cadastros e 20 mil comentários sobre pontos do programa, que visa o financiamento para universidades e institutos de ensino federais. A ideia é que todos os dados sejam analisados nas próximas duas semanas por uma equipe técnica da Secretaria de Educação Superior.

O sistema para recebimento de sugestões ficará disponível até as 23h59 no portal do Ministério da Educação. O resultado desse trabalho irá compor o instrumento normativo a ser enviado ao Congresso Nacional.

Com adesão voluntária, o Future-se pretende dar mais autonomia financeira às universidades federais por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. O Ministério da Educação (MEC) afirma que, na prática, as instituições poderão buscar dinheiro extra a partir de parcerias com empresas privadas, buscando mais recursos para pesquisas e projetos inovadores. O ministro Abraham Weintraub acredita que a adesão da população no debate foi positiva. “Dar espaço para as pessoas opinarem só reafirma nosso compromisso com a transparência a cada passo do programa.”

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Falta de inovação pode ser catastrófica para o Brasil, diz especialista

O pesquisador do MIT diz temer que a crise econômica, da qual o país ainda não se recuperou, esteja prejudicando os avanços do Brasil

São Paulo — Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento são fundamentais para que o Brasil possa ter um papel relevante nas indústrias mais promissoras do futuro, de modo a garantir o crescimento da economia e o desenvolvimento do país. Essa é a avaliação de Ezequiel Zylberberg, pesquisador do Massachusetts Institute of Technology (MIT), especializado em política industrial, que participou de um evento em São Paulo nesta quinta-feira (29), que discute o Futuro do Trabalho.

O pesquisador diz temer que a crise econômica, da qual o país ainda não se recuperou, esteja prejudicando os avanços do Brasil nas áreas de pesquisa e desenvolvimento. Cortes promovidos pelo governo federal no Ministério de Ciência e Tecnologia, por exemplo, ameaçam deixar mais de 18 mil bolsistas do CNPq sem o pagamento das bolsas.

“Se o país quiser estar à frente, precisa ter um investimento consistente em pesquisa. Sem isso, é muito difícil ser um líder em inovação“, disse o pesquisador. “É preciso que as autoridades garantam que o país não esteja ficando para trás. Pode ser uma perda catastrófica para o Brasil.”

Durante a sua palestra, o pesquisador ressaltou ainda a importância de o Brasil fazer investimentos direcionados em setores estratégicos de modo a se especializar na fabricação ou na atuação em segmentos altamente especializados.

Ele citou o exemplo de Singapura, país do sudeste asiático que investiu na produção de

disco rígidos (componente que armazena arquivos e dados dos computadores) e hoje é um líder mundial nessa indústria. “Se nada é uma prioridade, fica difícil ser competitivo. É preciso ter alguma especialização”, disse.

Segundo ele, é preciso ainda que haja uma maior integração das indústrias brasileiras com o mercado global, de modo que o Brasil possa desenvolver tecnologias com demanda mundial. Um exemplo é a fabricante de aeronaves Embraer, que é hoje uma das empresas mais internacionalizadas do país. “Esses setores estratégicos precisam ser apoiados, mas de forma diferente, engajados na economia global. A Embraer é a exceção não é a regra. Se o Brasil quiser escalar, tem que olhar além (do mercado interno)”, afirmou.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Crise na educação - Greve de segurança deixa alunos sem aulas na UFBA

Estudantes do turno da noite da UFBA (Universidade Federal da Bahia), em Salvador, estão sem aulas após cerca de 380 vigilantes que prestam segurança à instituição anunciarem uma greve por tempo indeterminado. O movimento, decretado em assembleia na manhã da última terça-feira (27), reivindica o pagamento de uma dívida de R\$ 15 milhões que a universidade acumula com o Grupo MAP, responsável pela terceirização do serviço. A empresa diz que o valor é referente a 12 meses de atraso.

Alunos ouvidos pelo UOL relataram que, embora o movimento grevista tenha sido oficializado somente agora, as atividades acadêmicas estão prejudicadas há pelo menos uma semana, já que os profissionais de segurança começaram a deixar seus postos de trabalho no último dia 21. Pela manhã, as aulas acontecem normalmente.

Em um comunicado divulgado em seu site, a UFBA diz que mantém tratativas com o MEC (Ministério da Educação) para tentar a liberação total de orçamento recentemente bloqueado pelo governo —cerca de R\$ 55,9 milhões, dos R\$ 175,6 milhões previstos para 2019. “É amplamente sabido que o contingenciamento de recursos e o bloqueio de 30% o orçamento da universidade pelo governo federal afetam diretamente a vida dos membros da comunidade universitária, entre eles os trabalhadores terceirizados”, diz no texto.

A instituição também afirma ter adiantado R\$ 2,1 milhões para cobrir parte da dívida. A empresa nega ter recebido o referido valor. Segundo a MAP, até o momento, apenas R\$ 670 mil foram creditados em sua conta.

MEC: liberação dependerá de evolução econômica

Procurado pela reportagem, o MEC respondeu que uma eventual liberação de recursos dependerá da “evolução positiva” nos indicadores fiscais do governo.

“Na expectativa de uma evolução positiva nos indicadores fiscais do governo, o MEC vem articulando com o Ministério da Economia a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira a fim de cumprir todas as metas estabelecidas na legislação para a Pasta. Caso o cenário econômico apresente evolução positiva neste segundo semestre, os valores bloqueados serão reavaliados”, informou a pasta.

Em entrevista ao UOL, Sisnandro Lima, diretor do Grupo MAP, disse que o valor

depositado na conta da empresa (R\$ 670 mil) representa apenas 4% da dívida total. "Ontem me prometeram R\$ 1.470 milhão, mas não me mostraram ordem de pagamento, ou seja, não confirmo nenhum pagamento", afirmou ele, que disse ter entrado com o pedido de quebra de contrato em 19 de agosto. "Pra que não haja suspensão do contrato, a UFBA precisa me convencer e apresentar ao menos um planejamento de pagamento. É preciso que se amortize, por exemplo, a dívida correspondente ao mês corrente e se pague a do mês anterior. Se assim for feito, é possível pelo menos fechar um ano de pagamento."

De acordo com Lima, a universidade também prometeu adiantar R\$ 2 milhões no início de setembro. "Só acredito depois que vir o valor creditado. Por enquanto, tudo é só promessa", diz.

Apesar da greve, o diretor afirma que a empresa mantém em dia todos os vencimentos dos profissionais. "Nesses 12 meses de atraso, a empresa nunca deixou de pagar salário, transporte e vale-alimentação. A greve foi uma decisão do sindicato dos trabalhadores. Já o pedido de rompimento do contrato é uma decisão comercial da empresa", acrescentou.

A íntegra do comunicado da UFBA

"O Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia deliberou pela suspensão das atividades na Universidade no período noturno no dia de hoje, 28 de agosto. A decisão foi tomada por unanimidade, após o Conselho tomar conhecimento da informação de que a empresa MAP persiste no intento de suspender o contrato de prestação de serviços de vigilância, mesmo após a UFBA ter envidado esforços para providenciar o pagamento imediato de R\$ 2,1 milhões à empresa.

A UFBA segue em tratativas com o Ministério da Educação (MEC), a fim de obter o desbloqueio total do orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual, que lhe permitirá regularizar os pagamentos a seus fornecedores. Ciente da importância do serviço de vigilância para a manutenção de suas atividades, a UFBA observa que se encontram também em aberto faturas de outros fornecedores, razão pela qual não parece razoável pretender que, no atual cenário, a Universidade empenhe a totalidade dos limitados recursos ora disponíveis ao pagamento prioritário de uma única empresa, em detrimento das demais e de seus trabalhadores.

É amplamente sabido que o contingenciamento de recursos e o bloqueio de 30% o orçamento da universidade pelo governo federal afetam diretamente a vida dos membros da comunidade universitária, entre eles os trabalhadores terceirizados. Além de insistir no diálogo com o MEC pela obtenção da liberação do orçamento, a administração central também tem feito um significativo esforço de contenção de despesas, que implica prejuízo às atividades da instituição, mas que tem como prioridade absoluta garantir o funcionamento da universidade, preservando o essencial do nosso ensino, pesquisa e extensão.

A UFBA não aceitará intimidação de qualquer espécie e, desde já, estuda as medidas jurídicas cabíveis. Nova resolução sobre o assunto será tomada amanhã, após a realização da assembleia dos trabalhadores da vigilância."

ESTADO DE MINAS - MG - EDITORIAL

O colapso na ciência

A crise econômica, que se arrasta por mais de meia década, não poupou nenhum setor. Alguns ganham visibilidade porque frequentam o noticiário diário, com imagens dolorosas e estatísticas preocupantes. É o caso da educação, da saúde, da segurança, do mercado de trabalho, da mobilidade urbana. Outros se restringem a nichos mais restritos e, por isso, menos divulgados pelos meios de comunicação de massa. É o caso da ciência e tecnologia.

Em razão do contingenciamento de R\$ 2,32 bilhões – 41,9% das verbas previstas para gastos discricionários na área, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou a suspensão das cerca de 80 mil bolsas ligadas à pasta, a partir de setembro. Antes, projetos de pesquisa, ações de divulgação e eventos científicos foram prejudicados ou cancelados. Para evitar apagão no setor, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, tem pleiteado a liberação de recursos ao ministro da Economia.

O aperto no segmento de pós-graduação e pesquisa não se deve à criatividade da equipe de Paulo Guedes. As dificuldades vêm de longe. Há anos, mesmo em períodos de vacas gordas, os órgãos de fomento à pesquisa e à formação acadêmica têm enfrentado contínuos cortes de receitas. Vale exemplo recente. Em 2014, o orçamento do CNPq foi de R\$ 1,3 bilhão. Em 2019, despencou para R\$ 784 milhões, montante que só será embolsado com a suspensão do bloqueio. É preocupante.

O Brasil não ocupa posição de vanguarda mundial na produção de ciência e tecnologia. Uma das principais razões do atraso é a baixa qualidade da educação. Sem ter passado da fase da universalização do ensino para a fase da excelência, o país ficou para trás. O quadro se agravou com a eclosão das atuais dificuldades orçamentárias, cuja face mais cruel são os mais de 12 milhões de desempregados.

As consequências cobrarão preço alto. De um lado, interrompem-se pesquisas e perdem-se experimentos que, para ser retomados, exigirão volta ao ponto de partida. De outro, registra-se a fuga de cérebros. Pessoas talentosas buscam no exterior oportunidade de aprofundar conhecimentos e de conquistar espaço no mercado de trabalho. Cientistas com formação em áreas estratégicas e enorme potencial de inovação, formados com recursos públicos brasileiros, vão prestar serviço na Europa ou nos Estados Unidos.

Em nações com carência de mão de obra sofisticada como o Brasil, a emigração de indivíduos com alto nível educacional representa perda de trabalhadores indispensáveis para o salto de qualidade de que a economia tanto precisa para ganhar competitividade internacional. Ao retomar o crescimento, o Brasil precisará de cérebros com ideias inovadoras. O bom senso manda retê-los.

[topo](#)

O DIA - PI - PIAUÍ

Universidade Federal do Piauí cria grupo de trabalho para discutir adesão ao Future-se

No último dia 14, o Ministério da Educação prorrogou até 29 de agosto o prazo para a consulta pública do Future-se, programa do Governo Federal que prevê a criação de um fundo de natureza privada para financiar universidades federais e institutos federais. Uma das propostas do Future-se é fechar parcerias público-privadas e permitir que as instituições arrecadem receitas próprias.

Os reitores das universidades e IFES têm autonomia para decidir se vão aderir ou não ao Future-se. Pelo menos 20 instituições já teriam demonstrado apoio e manifestado interesse em fazer parte do programa. A informação foi repassada pelo secretário de Ensino Superior do MEC, Arnaldo Lima, durante o 3º Internacional de Jornalismo de Educação, que aconteceu em São Paulo nos últimos dias 19 e 20 de agosto, em São Paulo.

A Universidade Federal do Piauí, no entanto, ainda não definiu um posicionamento a respeito. Em conversa com a reportagem de O Dia, o reitor da Ufpi, professor Arimateia Dantas Lopes, informou que criou um grupo de trabalho formado por professores de Economia e Direito para analisarem a proposta.

O documento com as diretrizes do Future-se está disponível na página da Ufpi na internet, aberto ao público. O objetivo do grupo de trabalho é basicamente nortear a administração superior da universidade sobre os prós e contras do programa e definir os impactos que ele teria a longo prazo sobre a universidade.

Na próxima segunda-feira (02), o reitor se reunirá com membros do Conselho Universitário para apresentar o documento e deliberar a respeito da adesão ou não à proposta do MEC. “Estamos ainda cautelosos quanto ao posicionamento e queremos ouvir a opinião da comunidade para não ser a posição do reitor e sim a posição da comunidade acadêmica e da comunidade como um todo”, explicou Arimateia.

Na avaliação do reitor, o Future-se possui pontos positivos, mas nem tudo que ele prevê vai ao encontro das necessidades e desejos das universidades federais. Uma dessas divergências, segundo ele, é a questão da arrecadação própria pelas instituições. “Se a arrecadação gerada pela universidade ultrapassar o orçamento previsto, a receita não fica pra instituição, ela vai para a União e o que queríamos era uma legislação que flexibilizasse essa relação”.

Outra crítica que Arimateia faz diz respeito à gestão da universidade poder ser feita por uma organização social, segundo o que propõe o Future-se. Para ele, as federais devem ter administração própria e não ter decisões tomadas por entes que não conhecem de dentro o funcionamento das instituições. Para o secretário de Ensino Superior do MEC, Arnaldo Lima, a adesão das universidades federais ao Future-se é apenas uma questão de tempo.

No seu entendimento, quantificar as instituições que já apoiaram o programa não é o objetivo no momento. É tempo para esclarecer pontos que por ventura gerem dúvidas e dar subsídios para que as instituições tomem decisões conscientes. “Não há que se falar em apoiar ou não apoiar o Futurese, porque ele ainda está em fase de consulta. Mas recebemos o apoio de pelo menos 20 reitores que já entendem que o programa pode dar certo. Recebemos todos os gestores, ligamos para eles e o principal desafio que eles citaram era a liberdade em relação às receitas próprias.

Isso é tudo que o Future-se faz. Então todos aqueles que chegaram e pediram, eu tenho certeza que no momento oportuno, consultado o Conselho Superior, aderirão”, disse o secretário. Lima destacou que o carro chefe do Future-se é o fomento ao empreendedorismo e o combate à evasão, através do diálogo com as empresas juniores e

a geração de startups. A ideia, segundo ele, é premiar os resultados e dar incentivos para que os alunos não abandonem as universidades. As oportunidades de trabalho também se ampliariam. No entendimento do representante do MEC, apoiadas por instituições privadas, as universidades poderão ser uma ponte maior entre os recém-formados e o mercado de trabalho.

Universidades criticam

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR) estão entre as que criticaram duramente as propostas do Future-se, alegando, dentre outras coisas, falta de clareza. A reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho, participou de uma mesa no 3º Congresso de Jornalismo de Educação, em São Paulo, na presença do secretário do MEC e destacou que o Future-se, a princípio, não fortalece a autonomia da universidade. Além destas três instituições, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade Federal do Ceará (UFCE) também já se manifestaram contra o Future-se.

ITA quer aderir

O Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) anunciou nessa quarta-feira (28) que quer aderir ao Future-se. A intenção foi anunciada pelo comandante da Força Aérea Brasileira (FAB), tenente-brigadeiro do ar Antonio Carlos Moretti Bermudez, e pelo reitor do ITA, Cláudio Jorge Pinto Alves.

topo ↕

ZERO HORA - RS - GERAL

MPF denuncia 32 por fraude em bolsas da UFRGS

eduardo.matos@rdgaucha.com.br

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou 32 pessoas por fraude envolvendo a concessão de bolsas de estudo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As denúncias protocoladas pela procuradora da república Jerusa Viecili na Justiça Federal gaúcha são resultantes da Operação PhD, da Polícia Federal (PF), deflagrada em dezembro de 2016. Entre os acusados, divididos em 12 denúncias, estão professores, servidores e bolsistas.

A principal trata dos crimes de formação de quadrilha ou bando, estelionato, peculato (crime praticado por servidores públicos) e falsidade ideológica. As outras apuram o crime de peculato. Jerusa ainda pediu novas diligências e a abertura de três novos inquéritos. O juiz da 22ª Vara Federal de Porto Alegre, Adel Américo Dias de Oliveira, abriu prazo para manifestação dos denunciados.

A investigação da PF foi aberta a partir da reportagem "Mestrado sem frequência", que fez parte da série Universidades SA, publicada por Zero Hora em abril de 2015. A polícia colheu provas de que o grupo que coordenava projetos relacionados à área de saúde da Ufrgs se utilizava dessa condição para incluir bolsistas que, muitas vezes, não reuniam os requisitos para serem contemplados.

Envolvidos

Entre os denunciados, está a ex-responsável pela administração do setor de bolsas em programa de pós-graduação da UFRGS, Marisa Behn Rolim, Ricardo Burg Ceccim, que chegou a coordenar o Programa de pós-graduação em Saúde Coletiva da Escola de

Enfermagem da instituição, Alcindo Feria, também da Escola de Enfermagem, o MÉDICO Hêider Aurélio Pinto, ex-secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, e Simone Edi Chaves, doutora em Educação pela UFRGS.

O programa fraudado visava a capacitação de profissionais da área da saúde que atuariam como multiplicadores do conhecimento, ampliando o atendimento do SUS.

Na época do indiciamento pela Polícia Federal, em junho de 2018, Karla Sampaio, defensora de Feria e Ceccim disse que "depois de quase quatro anos de investigação, incluídas as prisões temporárias e uma devassa sem precedentes na vida de pessoas reconhecidas internacionalmente no meio acadêmico, o documento é extremamente frágil". Na ocasião, Rafael Ariza, defensor de Simone, informou que não tinha tido acesso ao relatório da PF, assim como Jorge Garcia, defensor de Aurélio Pinto, que complementou: "Mas tenho certeza que o Hêider não tem qualquer responsabilidade nos fatos. Ele é vítima de um processo político".

Os professores Feria e Ceccim seguem vinculados à Escola de Enfermagem da UFRGS, já a servidora Marisa se aposentou.

ZH não encontrou Jorge Garcia, defensor de Hêider Aurélio Pinto. Leia o posicionamento dos demais envolvidos no quadro abaixo.

-

CORTE DE VERBAS

Emissão de carteirinhas deve ser retomada

Após suspender a confecção de carteirinhas estudantis como forma de reduzir despesas diante do corte no orçamento anual das universidades federais, anunciado pelo Ministério da Educação (MEC), a UFRGS deve retomar a emissão dos cartões na próxima semana.

Segundo a assessoria de imprensa da entidade, "a confecção será possível devido à utilização de sobras de material plástico obtidas em diferentes setores da universidade". A UFRGS contratou uma empresa para fornecer apenas a fita magnética que vai no cartão.

Ainda conforme a assessoria, a universidade "vem fazendo um esforço para se adaptar a essa realidade", o que inclui redução nos postos de serviços terceirizados (vigilância, limpeza e manutenção predial) e no consumo de energia elétrica, entre outros. Porém, foi reforçado que "certamente, as atividades serão comprometidas se o atual corte for mantido".

O orçamento inicial da UFRGS era de R\$ 166 milhões. Após o corte, caiu para R\$ 116,65 milhões e, até, agora, foram recebidos R\$ 96 milhões. Assim, ainda restam cerca de R\$ 20 milhões a serem repassados à instituição até o final do ano, caso o desbloqueio não seja efetuado.

Contrapontos

O QUE DIZ A UNIVERSIDADE

"A Ufrgs afirma que os envolvidos vão responder individualmente por suas ações e que a instituição acompanha o caso e aguarda as conclusões judiciais".

O QUE DIZ RAFAEL ARIZA, DEFENSOR DE SIMONE EDI CHAVES

"Ainda não conhecemos o teor dessas denúncias. Vamos nos manifestar após conhecermos o conteúdo".

O QUE DIZ KARLA SAMPAIO, DEFENSORA DE ALCINDO FERLAE RICARDO CECCIM

"Ainda não tivemos acesso aos autos, mas antecipo que a existência de denúncia formal foi uma surpresa. Desse modo, devido a não ter tido tempo hábil para me inteirar das doze acusações, reitero o que já defendi em outras oportunidades: eventualmente aconteciam algumas devoluções de bolsas, porém eram exceções à regra. Para se ter uma ideia, em apenas um dos projetos havia mais de quatro mil participantes. Como as verbas eram previstas com muita antecedência devido à imensa burocracia dos editais, alguns problemas pontuais surgiam no decorrer das atividades, e as soluções se apresentavam apenas por meio de verbas extras (logicamente não previstas nos editais), imprescindíveis à viabilidade dos trabalhos. Repiso que nunca houve recebimento de valores por pessoas não tenham efetivamente participado de qualquer um dos projetos. Portanto, acredito na mais plena inocência dos meus clientes, e vamos provar isso no curso do processo".

topo 

GAUCHA - RS - TEMPO REAL

União entre Estado, empresas e academia alavanca inovação no Nordeste SÃO PAULO, SP

O Nordeste vem tentando superar os baixos níveis de investimento em ciência e tecnologia na região com parcerias entre setor público, empresas e academia. Algumas iniciativas desse tipo foram apresentadas apontadas pelos debatedores do 3º Seminário Inovação no Brasil, ocorrido na quarta-feira (28), no auditório do jornal Folha de S.Paulo.

Um dos projetos discutidos, o programa Cientista Chefe, foi criado no ano passado pela Funcap (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

“Buscamos nas universidades as parcerias para que doutores, mestres e estudantes possam estar dentro das secretarias e construir ferramentas inovadoras para a vida prática da população”, afirmou Camilo Santana (PT), governador do Ceará e um dos debatedores. “Investimos R\$ 21 milhões, por ano, nessa parceria.”

O programa seleciona pesquisadores com destaque na produção acadêmica para criar projetos em sete áreas consideradas estratégicas pelo governo estadual: recursos hídricos, recursos renováveis, saúde, educação, segurança pública, pesca e análise de

dados.

O cientista selecionado recebe uma bolsa vinculada à Funcap e discute diretamente com as secretarias responsáveis a aplicação dos conhecimentos gerados na gestão pública. Ele continua trabalhando na universidade.

O governador citou como exemplo de bom resultado o Spia, na área da segurança pública. “Colocamos 112 especialistas dentro da secretaria de segurança. Criaram o Sistema Policial Indicativo de Abordagem, de monitoramento e rastreamento de veículos. Recuperamos 96% dos veículos roubados. Está sendo copiado pelo Ministério da Justiça para ser aplicado no resto do Brasil”, disse.

No Recife, o parque tecnológico Porto Digital, um dos principais do país, é focado na ciência da computação e no desenvolvimento de softwares.

Criado em 2000 com apenas duas empresas, hoje o polo abriga mais de 320, e revitalizou o centro histórico da cidade. O projeto é gerido por uma organização social privada sem fins lucrativos, o Núcleo de Gestão do Porto Digital.

“É ao mesmo tempo um projeto de recuperação histórica e de geração de emprego e renda”, afirmou Pierre Lucena, presidente do Porto Digital e professor de finanças da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

A ideia inicial do projeto era absorver a mão de obra qualificada, especialmente em ciência da computação, formada no estado.

O curso de ciências da computação da UFPE possui nota máxima na avaliação de cursos de pós-graduação da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, mas os jovens formados, de acordo com Lucena, deixavam o estado.

O Porto Digital tem 10 mil trabalhadores e o plano é chegar aos 20 mil em até cinco anos.

Para ele, apesar da participação fundamental do poder público, o setor privado é quem vai tocar as atividades de inovação. “Todas as nossas empresas [do Porto Digital] são privadas e fazem questão de vender para o setor privado”, disse.

Ele avalia que o caminho para a inovação e o desenvolvimento do país está na tecnologia de ponta. “Temos grande oportunidade de colocar o Brasil no século 21 definitivamente. O jogo do digital está sendo jogado agora, ainda dá tempo de entrar”, afirmou.

Apesar das iniciativas citadas pelos debatedores, desigualdades regionais ainda são um entrave para o desenvolvimento a longo prazo do Nordeste, segundo Carlos Gadelha, doutor em economia pela UFRJ e coordenador das ações de prospecção da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz).

“Temos um hiato na questão regional. O Nordeste tem 28% da população [do país] e 14% do PIB. A participação nas patentes produzidas é de 5%. (...) Se este é o cenário, nós vamos aumentar a desigualdade regional brasileira se não tivermos uma visão

nacional.”

Além disso, o financiamento público em ciência, tecnologia e inovação no país vem caindo. Foi consenso entre os debatedores que isso impede a inovação tanto no setor público, quanto no privado. “Inovador no Brasil, privado e público, está com medo. E inovador medroso não vai adiante”, afirmou Gadelha.

A preocupação reflete o ambiente de cortes de investimentos do governo federal, que ameaça a continuidade de trabalhos em ciência e tecnologia.

“Precisamos do Estado trabalhando junto e fomentando. (...) A preocupação que temos é que os instrumentos de fomento estão todos paralisados”, apontou Lucena.

O seminário realizado pela Folha de S.Paulo contou com o apoio do governo do estado do Ceará, da Secretaria de Transportes Metropolitanos do estado de São Paulo e do Instituto Coca-Cola Brasil.

topo ↕

MIX VALE - TEMPO REAL

União entre Estado, empresas e academia alavanca inovação no Nordeste

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) – O Nordeste vem tentando superar os baixos níveis de investimento em ciência e tecnologia na região com parcerias entre setor público, empresas e academia. Algumas iniciativas desse tipo foram apresentadas apontadas pelos debatedores do 3º Seminário Inovação no Brasil, ocorrido na quarta-feira (28), no auditório do jornal Folha de S.Paulo.

Um dos projetos discutidos, o programa Cientista Chefe, foi criado no ano passado pela Funcap (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

“Buscamos nas universidades as parcerias para que doutores, mestres e estudantes possam estar dentro das secretarias e construir ferramentas inovadoras para a vida prática da população”, afirmou Camilo Santana (PT), governador do Ceará e um dos debatedores. “Investimos R\$ 21 milhões, por ano, nessa parceria.”

O programa seleciona pesquisadores com destaque na produção acadêmica para criar projetos em sete áreas consideradas estratégicas pelo governo estadual: recursos hídricos, recursos renováveis, saúde, educação, segurança pública, pesca e análise de dados.

O cientista selecionado recebe uma bolsa vinculada à Funcap e discute diretamente com as secretarias responsáveis a aplicação dos conhecimentos gerados na gestão pública. Ele continua trabalhando na universidade.

O governador citou como exemplo de bom resultado o Spia, na área da segurança pública. “Colocamos 112 especialistas dentro da secretaria de segurança. Criaram o Sistema Policial Indicativo de Abordagem, de monitoramento e rastreamento de veículos. Recuperamos 96% dos veículos roubados. Está sendo copiado pelo Ministério da Justiça para ser aplicado no resto do Brasil”, disse.

No Recife, o parque tecnológico Porto Digital, um dos principais do país, é focado na ciência da computação e no desenvolvimento de softwares.

Criado em 2000 com apenas duas empresas, hoje o polo abriga mais de 320, e revitalizou o centro histórico da cidade. O projeto é gerido por uma organização social privada sem fins lucrativos, o Núcleo de Gestão do Porto Digital.

“É ao mesmo tempo um projeto de recuperação histórica e de geração de emprego e renda”, afirmou Pierre Lucena, presidente do Porto Digital e professor de finanças da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

A ideia inicial do projeto era absorver a mão de obra qualificada, especialmente em ciência da computação, formada no estado.

O curso de ciências da computação da UFPE possui nota máxima na avaliação de cursos de pós-graduação da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, mas os jovens formados, de acordo com Lucena, deixavam o estado.

O Porto Digital tem 10 mil trabalhadores e o plano é chegar aos 20 mil em até cinco anos.

Para ele, apesar da participação fundamental do poder público, o setor privado é quem vai tocar as atividades de inovação. “Todas as nossas empresas [do Porto Digital] são privadas e fazem questão de vender para o setor privado”, disse.

Ele avalia que o caminho para a inovação e o desenvolvimento do país está na tecnologia de ponta. “Temos grande oportunidade de colocar o Brasil no século 21 definitivamente. O jogo do digital está sendo jogado agora, ainda dá tempo de entrar”, afirmou.

Apesar das iniciativas citadas pelos debatedores, desigualdades regionais ainda são um entrave para o desenvolvimento a longo prazo do Nordeste, segundo Carlos Gadelha, doutor em economia pela UFRJ e coordenador das ações de prospecção da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz).

“Temos um hiato na questão regional. O Nordeste tem 28% da população [do país] e 14% do PIB. A participação nas patentes produzidas é de 5%. (...) Se este é o cenário, nós vamos aumentar a desigualdade regional brasileira se não tivermos uma visão nacional.”

Além disso, o financiamento público em ciência, tecnologia e inovação no país vem caindo. Foi consenso entre os debatedores que isso impede a inovação tanto no setor público, quanto no privado. “Inovador no Brasil, privado e público, está com medo. E inovador medroso não vai adiante”, afirmou Gadelha.

A preocupação reflete o ambiente de cortes de investimentos do governo federal, que ameaça a continuidade de trabalhos em ciência e tecnologia.

“Precisamos do Estado trabalhando junto e fomentando. (...) A preocupação que temos é que os instrumentos de fomento estão todos paralisados”, apontou Lucena.

O seminário realizado pela Folha de S.Paulo contou com o apoio do governo do estado

do Ceará, da Secretaria de Transportes Metropolitanos do estado de São Paulo e do Instituto Coca-Cola Brasil.

topo ↕

PORTAL DO HOLANDA - TEMPO REAL

União entre Estado, empresas e academia alavanca inovação no Nordeste SÃO PAULO, SP

O Nordeste vem tentando superar os baixos níveis de investimento em ciência e tecnologia na região com parcerias entre setor público, empresas e academia. Algumas iniciativas desse tipo foram apresentadas apontadas pelos debatedores do 3º Seminário Inovação no Brasil, ocorrido na quarta-feira (28), no auditório do jornal Folha de S.Paulo.

Um dos projetos discutidos, o programa Cientista Chefe, foi criado no ano passado pela Funcap (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

“Buscamos nas universidades as parcerias para que doutores, mestres e estudantes possam estar dentro das secretarias e construir ferramentas inovadoras para a vida prática da população”, afirmou Camilo Santana (PT), governador do Ceará e um dos debatedores. “Investimos R\$ 21 milhões, por ano, nessa parceria.”

O programa seleciona pesquisadores com destaque na produção acadêmica para criar projetos em sete áreas consideradas estratégicas pelo governo estadual: recursos hídricos, recursos renováveis, saúde, educação, segurança pública, pesca e análise de dados.

O cientista selecionado recebe uma bolsa vinculada à Funcap e discute diretamente com as secretarias responsáveis a aplicação dos conhecimentos gerados na gestão pública. Ele continua trabalhando na universidade.

O governador citou como exemplo de bom resultado o Spia, na área da segurança pública. “Colocamos 112 especialistas dentro da secretaria de segurança. Criaram o Sistema Policial Indicativo de Abordagem, de monitoramento e rastreamento de veículos. Recuperamos 96% dos veículos roubados. Está sendo copiado pelo Ministério da Justiça para ser aplicado no resto do Brasil”, disse.

No Recife, o parque tecnológico Porto Digital, um dos principais do país, é focado na ciência da computação e no desenvolvimento de softwares.

Criado em 2000 com apenas duas empresas, hoje o polo abriga mais de 320, e revitalizou o centro histórico da cidade. O projeto é gerido por uma organização social privada sem fins lucrativos, o Núcleo de Gestão do Porto Digital.

“É ao mesmo tempo um projeto de recuperação histórica e de geração de emprego e renda”, afirmou Pierre Lucena, presidente do Porto Digital e professor de finanças da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

A ideia inicial do projeto era absorver a mão de obra qualificada, especialmente em ciência da computação, formada no estado.

O curso de ciências da computação da UFPE possui nota máxima na avaliação de cursos

de pós-graduação da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, mas os jovens formados, de acordo com Lucena, deixavam o estado.

O Porto Digital tem 10 mil trabalhadores e o plano é chegar aos 20 mil em até cinco anos.

Para ele, apesar da participação fundamental do poder público, o setor privado é quem vai tocar as atividades de inovação. “Todas as nossas empresas [do Porto Digital] são privadas e fazem questão de vender para o setor privado”, disse.

Ele avalia que o caminho para a inovação e o desenvolvimento do país está na tecnologia de ponta. “Temos grande oportunidade de colocar o Brasil no século 21 definitivamente. O jogo do digital está sendo jogado agora, ainda dá tempo de entrar”, afirmou.

Apesar das iniciativas citadas pelos debatedores, desigualdades regionais ainda são um entrave para o desenvolvimento a longo prazo do Nordeste, segundo Carlos Gadelha, doutor em economia pela UFRJ e coordenador das ações de prospecção da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz).

“Temos um hiato na questão regional. O Nordeste tem 28% da população [do país] e 14% do PIB. A participação nas patentes produzidas é de 5%. (...) Se este é o cenário, nós vamos aumentar a desigualdade regional brasileira se não tivermos uma visão nacional.”

Além disso, o financiamento público em ciência, tecnologia e inovação no país vem caindo. Foi consenso entre os debatedores que isso impede a inovação tanto no setor público, quanto no privado. “Inovador no Brasil, privado e público, está com medo. E inovador medroso não vai adiante”, afirmou Gadelha.

A preocupação reflete o ambiente de cortes de investimentos do governo federal, que ameaça a continuidade de trabalhos em ciência e tecnologia.

“Precisamos do Estado trabalhando junto e fomentando. (...) A preocupação que temos é que os instrumentos de fomento estão todos paralisados”, apontou Lucena.

O seminário realizado pela Folha de S.Paulo contou com o apoio do governo do estado do Ceará, da Secretaria de Transportes Metropolitanos do estado de São Paulo e do Instituto Coca-Cola Brasil.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Novo programa da Unesp aceita doação até com cartão de crédito

Um programa inédito da Universidade Estadual Paulista (Unesp) vai incentivar doações até por cartão de crédito. Por meio de uma plataforma na internet que entra no ar nesta quinta-feira, o interessado já assina digitalmente um contrato e faz o pagamento da maneira que escolher. A Unesp passou recentemente por sua pior crise financeira, com décimo terceiro atrasado e todo seu orçamento comprometido com salários.

Até agora, quem quisesse fazer uma doação para a Unesp, não sabia sequer quem procurar. O mesmo acontece em outras universidades públicas. “Era muita burocracia.

CLIPPING



Uma pessoa quis doar para Educação Física e esse pedido chegou até o Conselho Universitário, órgão máximo da instituição. Isso tem que acabar”, conta o reitor da Unesp, Sandro Valentini. Com o novo programa, o doador pode dar qualquer valor à instituição e decidir se vai ou não destinar o recurso a uma unidade específica.

A universidade já tem uma plataforma que reúne seus ex-alunos, com 20 mil cadastrados. A Unesp vai ter um departamento para fazer uma busca ativa de possíveis doadores tanto nesse grupo como fora dele. A estimativa é que a universidade, fundada em 1976, tenha 160 mil egressos, entre eles a apresentadora Ana Maria Braga e Antonio Carlos Tadiotti, dono da Predilecta, uma das maiores processadoras de goiaba do mundo.

O empresário Alexandre Leite Lopes decidiu fazer sua doação quando levou a filha, que havia sido aprovada no vestibular da Unesp deste ano, para conhecer o campus. “Vi as faixas dizendo que estavam com o décimo terceiro salário atrasado e fiquei muito impactado por aquela situação”, conta. Sem saber como proceder, ele mandou uma carta para o diretor do curso falando da intenção de doar.

Hoje ele participará do evento em São Paulo, que lançará o programa Parceiro Unesp, e será o primeiro doador a usar a plataforma. “Eu poderia pagar a universidade da minha filha e ela está em uma instituição pública. Por que não ajudar como fazem nos Estados Unidos?” Lopes não quis divulgar o valor da doação nem o curso ou nome da filha para evitar qualquer relação da menina com os recursos. “É algo para a universidade.” Ele é formado em Engenharia e estudou em faculdade privada.

Segundo o reitor, hoje já será possível fazer a doação em boleto ou depósito bancário. Os cartões serão permitidos em poucos dias. Assim que o dinheiro cair na conta criada apenas o Parceiro Unesp, ele será imediatamente transferido para onde foi dirigido e o gestor pode usá-lo para qualquer atividade, como comprar computadores ou pintar uma sala.

“O nosso modelo de financiamento depende da atividade econômica. No momento em que você tem uma crise econômica, nada melhor do que ter receitas diversificadas”, diz o reitor. Unesp, Universidade de São Paulo (USP) e Estadual de Campinas (Unicamp) se mantêm com 9,57% do que é arrecadado pelo ICMS do Estado. A diminuição desse valor nos últimos anos e o inchaço na folha de pagamento levaram recentemente a graves problemas financeiros nas três instituições, que são responsáveis juntas por um terço da produção científica do País.

Além das doações simples, o programa vai permitir parcerias com empresas, com contrapartida da universidade. Será possível desde a colocação de um placa numa sala reformada pela doadora até a utilização de espaços da instituições para eventos. A empresa que pretende doar para a Unesp também pode solicitar, por exemplo, o uso de um laboratório para pesquisas específicas. Nesse caso, a universidade terá de abrir uma licitação para checar se há outros interessados.

A participação da iniciativa privada é um tema polêmico nas universidades públicas e há grupos contrários, tanto por temer o que acreditam ser uma privatização da instituição, como por acreditar que os recursos públicos podem ser diminuídos com ações desse tipo. Mas o programa teve pouca resistência ao ser apresentado e foi

aprovado no órgão máximo da Unesp, o Conselho Universitário.

Hoje, a Unesp vai ainda colocar em votação um projeto de um endowment, um fundo perpétuo para a instituição em que apenas os rendimentos auferidos são revertidos para projetos. Outras tentativas de fundos semelhantes – comuns em universidades estrangeiras – não tiveram êxito no País. Um dos poucos a dar certo é o gerido por ex-alunos da Escola Politécnica da USP.

A proposta de um fundo de patrimônio também faz parte do Future-se, programa lançado pelo Ministério da Educação (MEC) para as universidades federais. Ainda sem detalhes de como ele funcionaria, o ministro disse essa semana que pode instituir o Future-se por medida provisória. A Universidade Federal do Rio (UFRJ) já anunciou que não vai aderir ao programa e divulgou nota dizendo que “não há clareza sobre a composição do patrimônio que serviria de aporte inicial” do fundo patrimonial e “não se discute o tempo de maturação de um fundo deste tipo” e como as universidades seriam mantidas durante esse tempo de transição.

Segundo o reitor da Unesp, o programa da universidade não tem qualquer relação com o do MEC e começou a ser pensado há dois anos.

CPI das universidades

Com o argumento da crise financeira, deputados instauraram em abril uma CPI na Assembleia Legislativa para investigar USP, Unesp e Unicamp. Eles têm exigido comprovações de todos os contratos feitos e cultivam ideias como a de cobrar mensalidades nas três instituições.

Estudos mostram que os valores eventuais mensalidades não chegariam a 8% do orçamento. No Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos, as mensalidades cobrem só 10% do custo da instituição, por exemplo.

Alguns deputados também usaram argumentos ideológicos para investigar as universidades, alegando que as elas estariam tomadas por pessoas de esquerda. A ideia foi compartilhada no início do ano pelo atual ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Para o reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, a acusação demonstra “total falta de conhecimento” do que é uma universidade pública. “Temos pessoas de esquerda e de direita convivendo com relativa tranquilidade, somos um espaço para debate de ideias e respeito pelas ideias do outro”, disse na época da abertura da CPI.

Os trabalhos ainda não foram finalizados, mas a comissão surgiu logo após o primeiro ano de recuperação da capacidade financeira das universidades. A USP, por exemplo, teve superávit em 2018, pela primeira vez em quatro anos, após medidas de redução de gastos, como planos de demissão voluntária e diminuição de concursos. A Unesp também já melhorou a sua situação e negociou com o governo formas de pagar o décimo terceiro deste ano.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Gladson convoca professores e diz que vai pagar rescisão de mais de 2 mil exonerados em gestão passada

Lista de professores convocados foi divulgada no Diário Oficial do Acre (DOE) nesta quarta (28).

Duzentos aprovados efetivos no concurso da Educação do Acre foram nomeados pelo governo do estado. A portaria de convocação foi publicada nesta quarta-feira (28) no Diário Oficial do Acre (DOE) e confirmada pelo governador Gladson Cameli em entrevista coletiva.

Na ocasião, ele disse que vai pagar as rescisões de mais de 2,4 mil servidores comissionados dispensados na gestão de Tião Viana.

“Para o ano de 2020 vamos convocar mais 300 [professores] para que, de uma vez por todas, venham atender e caso haja necessidade, contratar para rede de ensino. Vamos tentar, com todo planejamento para que não haja atrasos, para que possamos a todo vapor fazer as reformas que precisam. Esse negócio de atrasar início de aula traz todo um transtorno”, avaliou.

O concurso de professor foi lançado no final do ano passado e o resultado divulgado este ano, no mês de julho. Os aprovados vão atuar em escolas das zonas rurais e urbanas de todos os municípios do estado acreano.

Durante coletiva, nesta quarta, o governador Gladson Cameli frisou que, além do grupo convocado, a ideia é chamar mais 300 servidores no mês de dezembro para que não haja atrasos no início do ano letivo.

Atrasos em 2019

Com o quadro de profissionais incompleto, o início do ano letivo 2019 no Acre foi adiado para o dia 18 de março. As aulas inicialmente estavam marcadas para começar no dia 11 de março.

Ainda segundo o governador, a equipe da Educação está empenhada para definir os detalhes das demais convocações. Se forem mesmo chamados, os profissionais que devem ser nomeados em dezembro começam a atuar em fevereiro de 2020.

“Preciso saber do planejamento que estão fazendo para dar um número certo. Vamos convocar em dezembro, mas vão começar a trabalhar em fevereiro. Não quero deixar tudo pra cima da hora, quero antecipar, não vai atrasar início de aula por falta de professores”, garantiu.

Um grupo de alunos, convidado pelo governador, participou da coletiva. No encontro, os estudantes ajudaram a definir o modelo do uniforme escolar do ano letivo 2020.

Refeição

Outra ideia anunciada por Cameli é o aumento de mais uma refeição para os alunos da rede estadual. Segundo ele, a primeira-dama, Ana Paula Cameli, juntamente com a Escola de Gastronomia do Acre devem montar o cardápio para os estudantes.

"A criança chega na escola, por mais que tenha a merenda às 9h, por que não tomar um café da manhã reforçado também?, e à tarde antes de ir para casa fazer uma semi janta", afirmou.

EJA

O secretário de Educação Mauro Sérgio explicou algumas mudanças feitas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que chegou a mobilizar alguns professores e alunos em protestos em Rio Branco. Ele confirmou que houve um remanejamento das turmas, mas que todos os alunos foram instalados em escolas nos próprios bairros onde moram.

“Tínhamos, no início do ano, mais de sete mil alunos e agora na metade do ano esse número caiu para 5,2 mil. Então, aquela estrutura do início do ano não dava para continuar ser mantida no segundo semestre. O professor quando faz um simplificado para trabalhar na EJA, não pode depois ser remanejado para o regular”, justificou.

Pagamento verbas rescisórias

Cameli aproveitou para anunciar também o pagamento das verbas rescisórias dos servidores em cargos comissionados demitidos em dezembro do ano passado. O pagamento vai ser feito parcelado, a partir do mês de setembro no valor de mais de R\$ 1 milhão.

"Já tem 1,9 mil aptos a receber. Estou determinando o pagamento, a partir de setembro, que dá R\$ 1 milhão mensal. Não tenho como pagar à vista, mas vou fazer um parcelamento para que não me dê instabilidade nas contas da minha administração e pagar as contas do passado", disse.

O governador afirmou também que determinou que o pagamento ocorra do menor valor da rescisão para o maior, assim como feito com ao décimo terceiro dos servidores.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Prazo para consulta pública sobre o Future-se termina nesta quinta-feira
Programa pretende flexibilizar o financiamento do ensino superior alterando leis para que as instituições possam captar mais recursos, além dos repassados pelo governo.**

Acaba nesta quinta-feira (29) a consulta pública sobre o Future-se, do Ministério da Educação (MEC). O programa pretende flexibilizar o financiamento do ensino superior alterando leis para que as instituições possam captar mais recursos, além dos repassados pelo governo.

O MEC esclareceu por meio de nota que o projeto está em construção e que encerradas as contribuições, as informações serão compiladas, analisadas e apresentadas ao Congresso Nacional, mas não há ainda um prazo definido para isso.

Em meados de agosto, o programa havia recebido 16.703 comentários em ao menos um dos pontos da proposta, de acordo com o MEC. Quase 50 mil pessoas se cadastraram na plataforma. Na semana passada, a pasta prorrogou o prazo para as contribuições a pedido do Sebrae e de reitores das universidades federais de São Carlos, Mato Grosso do Sul, de Lavras, e do Oeste do Pará.

Universidades reagem ao Future-se

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) anunciou que não vai aderir ao programa porque, na visão da instituição, ele comprometeria a integridade administrativa, pedagógica, científica e patrimonial da universidade. O conselho que reúne as fundações de apoio às instituições de ensino superior e pesquisa propôs que o

Future-se priorize contratos com estas entidades que já atendem as universidades, em vez de organizações sociais, como está previsto no projeto.

A proposta também foi rejeitada pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) que citou o impacto a autonomia universitária, o prazo curto para a análise do tema, além dos riscos de se vincular as instituições a "uma lógica mercadológica excludente que desvincula a responsabilidade do estado".

No sul do país, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) rejeitou a adesão ao programa Future-se, do MEC porque, segundo a instituição, iria contra os princípios de autonomia universitária e do ensino superior público.

Por outro lado, o MEC anunciou nesta semana a intenção do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em aderir ao programa que segundo o instituto abre a possibilidade de ampliar os recursos para os trabalhos, pesquisas e infraestrutura.

A Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) ressaltou por meio de nota que reconhece um potencial neste programa para o fortalecimento da educação superior no país e reiterou o compromisso da instituição com a manutenção da universidade pública e gratuita.

O que é o Future-se?

O programa foi lançado em meados de julho. A proposta inicial prevê que as instituições poderão fazer parcerias público-privadas (PPPs), ceder prédios, criar fundos com doações e até vender nomes de campi e edifícios, como em estádios, entre outros pontos. A adesão é voluntária, mas as universidades que aderirem ao programa terão que cumpri-lo integralmente – e serão cobradas se não implementarem pontos específicos.

O MEC afirma que o programa pode atrair cerca de R\$ 100 bilhões às universidades. Segundo o ministério, os recursos virão da União, de fundos constitucionais, de leis de incentivos fiscais e depósitos à vista, de recursos da cultura e de fundos patrimoniais.

O lançamento ocorre em meio ao contingenciamento de verbas das universidades, anunciado no fim de abril pelo governo. De acordo com a associação que representa os reitores das universidades federais, a Andifes, a medida atinge de 15% a 54% dos recursos que podem ser cortados das universidades federais.

Com o programa, as universidades poderão:

- Celebrar contratos de gestão compartilhada do patrimônio imobiliário da universidade e da União. As reitorias poderão fazer PPPs, comodato ou cessão dos prédios e lotes;
- Criar fundos patrimoniais (endowment), com doações de empresas ou ex-alunos, para financiar pesquisas ou investimentos de longo prazo;
- Ceder os “naming rights” de campi e edifícios, assim como acontece nos estádios de futebol que levam nomes de bancos ou seguradoras;
- Criar ações de cultura que possam se inscrever em editais da Lei Rouanet ou outros de fomento.

Soluções do mercado financeiro

O Future-se, no modelo apresentado, se baseia em uma série de dispositivos do mercado financeiro. Segundo o MEC, essa “carteira de ações” inclui:

Fundo de patrimônio imobiliário

O MEC diz ter recebido R\$ 50 bilhões em lotes, imóveis e edifícios da União. Esse patrimônio será convertido em um fundo, e os lotes, cedidos à iniciativa privada. A rentabilidade das construções volta para o fundo, que ficaria disponível para o financiamento. Como exemplo, o MEC citou um lote de 65 mil metros quadrados próximo à Ponte JK, um dos cartões-postais de Brasília.

Microcrédito para startups

O MEC quer incluir no financiamento universitário uma linha de “microcrédito produtivo orientado”. Segundo Lima, hoje, 2% dos depósitos à vista ficam no Banco Central, e já há linhas de crédito para microempreendedores e pessoas em vulnerabilidade. A ideia é estender o modelo para start-ups.

Fundo soberano do conhecimento

Segundo o MEC, todo esse dinheiro será gerido em um “fundo soberano do conhecimento”. O capital privado, além do investimento direto em cada instituição, poderia entrar nesse fundo, de onde seria redistribuído às universidades. Royalties, patentes, parques tecnológicos também aportariam dinheiro nesse fundo.

O que diz a lei?

O artigo 207 da Constituição Federal prevê que as universidades gozam de “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”. Isso significa que nem o MEC nem o setor privado podem, em tese, interferir nos planos de ensino, pesquisa e extensão determinados pelas reitorias.

Já o artigo 213 define que as atividades de pesquisa, extensão e inovação nas universidades “poderão” receber apoio financeiro do poder público. Neste caso, o texto indica que o financiamento direto dessas atividades não é obrigatório.

topo ↕

YAHOO! NOTÍCIAS - TEMPO REAL

União entre Estado, empresas e academia alavanca inovação no Nordeste

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) - O Nordeste vem tentando superar os baixos níveis de investimento em ciência e tecnologia na região com parcerias entre setor público, empresas e academia. Algumas iniciativas desse tipo foram apresentadas apontadas pelos debatedores do 3º Seminário Inovação no Brasil, ocorrido na quarta-feira (28), no auditório do jornal Folha de S.Paulo.

Um dos projetos discutidos, o programa Cientista Chefe, foi criado no ano passado pela Funcap (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

“Buscamos nas universidades as parcerias para que doutores, mestres e estudantes possam estar dentro das secretarias e construir ferramentas inovadoras para a vida prática da população”, afirmou Camilo Santana (PT), governador do Ceará e um dos debatedores. “Investimos R\$ 21 milhões, por ano, nessa parceria.”

O programa seleciona pesquisadores com destaque na produção acadêmica para criar projetos em sete áreas consideradas estratégicas pelo governo estadual: recursos hídricos, recursos renováveis, saúde, educação, segurança pública, pesca e análise de dados.

O cientista selecionado recebe uma bolsa vinculada à Funcap e discute diretamente com as secretarias responsáveis a aplicação dos conhecimentos gerados na gestão pública. Ele continua trabalhando na universidade.

O governador citou como exemplo de bom resultado o Spia, na área da segurança pública. “Colocamos 112 especialistas dentro da secretaria de segurança. Criaram o Sistema Policial Indicativo de Abordagem, de monitoramento e rastreamento de veículos. Recuperamos 96% dos veículos roubados. Está sendo copiado pelo Ministério da Justiça para ser aplicado no resto do Brasil”, disse.

No Recife, o parque tecnológico Porto Digital, um dos principais do país, é focado na ciência da computação e no desenvolvimento de softwares.

Criado em 2000 com apenas duas empresas, hoje o polo abriga mais de 320, e revitalizou o centro histórico da cidade. O projeto é gerido por uma organização social privada sem fins lucrativos, o Núcleo de Gestão do Porto Digital.

“É ao mesmo tempo um projeto de recuperação histórica e de geração de emprego e renda”, afirmou Pierre Lucena, presidente do Porto Digital e professor de finanças da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

A ideia inicial do projeto era absorver a mão de obra qualificada, especialmente em ciência da computação, formada no estado.

O curso de ciências da computação da UFPE possui nota máxima na avaliação de cursos de pós-graduação da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, mas os jovens formados, de acordo com Lucena, deixavam o estado.

O Porto Digital tem 10 mil trabalhadores e o plano é chegar aos 20 mil em até cinco anos.

Para ele, apesar da participação fundamental do poder público, o setor privado é quem vai tocar as atividades de inovação. “Todas as nossas empresas [do Porto Digital] são privadas e fazem questão de vender para o setor privado”, disse.

Ele avalia que o caminho para a inovação e o desenvolvimento do país está na tecnologia de ponta. “Temos grande oportunidade de colocar o Brasil no século 21 definitivamente. O jogo do digital está sendo jogado agora, ainda dá tempo de entrar”, afirmou.

Apesar das iniciativas citadas pelos debatedores, desigualdades regionais ainda são um entrave para o desenvolvimento a longo prazo do Nordeste, segundo Carlos Gadelha, doutor em economia pela UFRJ e coordenador das ações de prospecção da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz).

“Temos um hiato na questão regional. O Nordeste tem 28% da população [do país] e 14% do PIB. A participação nas patentes produzidas é de 5%. (...) Se este é o cenário, nós vamos aumentar a desigualdade regional brasileira se não tivermos uma visão nacional.”

CLIPPING



Além disso, o financiamento público em ciência, tecnologia e inovação no país vem caindo. Foi consenso entre os debatedores que isso impede a inovação tanto no setor público, quanto no privado. “Inovador no Brasil, privado e público, está com medo. E inovador medroso não vai adiante”, afirmou Gadelha.

A preocupação reflete o ambiente de cortes de investimentos do governo federal, que ameaça a continuidade de trabalhos em ciência e tecnologia.

“Precisamos do Estado trabalhando junto e fomentando. (...) A preocupação que temos é que os instrumentos de fomento estão todos paralisados”, apontou Lucena.

O seminário realizado pela Folha de S.Paulo contou com o apoio do governo do estado do Ceará, da Secretaria de Transportes Metropolitanos do estado de São Paulo e do Instituto Coca-Cola Brasil.

